

“Ideologia de Gênero” em Portugal: narrativas emergentes e construção de significados

Gabriella Morena da Silva Seixas
Aluna n.º 225055

Orientadora: Prof^ª. Doutora Dália Costa

Dissertação para obtenção de grau de
Mestre em Família e Gênero

Lisboa
2022

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

“Ideologia de Gênero” em Portugal: narrativas emergentes e construção de significado

Gabriella Morena da Silva Seixas

Orientadora: Prof^ª. Doutora Dália Maria de Sousa Gonçalves da Costa

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Família e Gênero

Júri:

Presidente:

- Doutora Fátima Maria de Jesus Assunção, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutora Maria José Magalhães, Professora Auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto;

- Doutora Dália Maria de Sousa Gonçalves da Costa, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora.

Lisboa
2022

Agradecimentos

Metade deste mestrado foi feito durante uma pandemia mundial, o que aumentou os desafios deste período. Concluo esta etapa experimentando uma sensação revigorante, sobretudo, quando olho para o caminho e percebo a presença de tanta gente que tornou esta jornada possível.

Minha escolha por uma orientadora surgiu numa aula estimulante de uma mulher com o dom de ensinar. Alguns debates em sala me trouxeram o desejo de pedir à professora Dália Costa orientação nesta pesquisa, o que veio a se confirmar como uma feliz e acertada decisão. Agradeço a confiança em mim e no trabalho e as inúmeras conversas que me inspiravam, ao mesmo tempo que me ajudavam a criar contornos para a pesquisa.

À minha família, casa e amor que tenho saudade e de onde herdo curiosidade e persistência, bons recursos para este trabalho e para a vida. Em especial, sou grata: à minha esposa, pelo ânimo constante, pelo acolhimento em fases difíceis deste trajeto e pelo cuidado com tantos detalhes nestes anos que seria impossível enumerar; ao meu sogro, constante e suave presença, que nos estimula de muitas formas e vibra com nossos sonhos; e à minha mãe, por tanto e pelo incentivo para investir no desejo de seguir estudando.

Às/aos queridas/os amigas/os que são uma rede tão preciosa aqui, do outro lado do oceano, e que me envolvem de afeto e brasilidade. Agradeço a compreensão pelas vezes que não foi possível estar junto por ter boa parte do *chronos* dedicado a esta pesquisa, às constantes palavras de apoio, aos momentos de diversão e à escuta sobre os imbróglis e alegrias destes muitos meses. Me vem o rosto de pessoas amadas, que foram apoio de várias formas nestes anos. Destas, destaco a companhia preciosa de três amigas para este trabalho: Marília Gonçalves, pelas ricas trocas que enriqueceram a escrita e pela disponibilidade de revisar o trabalho; Flávia Stephan, pelo grande apoio com o texto, o que me ajudou a recuperar o prazer com este percurso; e Ana Montag, pela ajuda com muitos processos que esta pesquisa envolveu e pela companhia diária para manter o corpo ativo, essencial para as incontáveis horas a frente de uma tela.

Colegas de mestrado, a presença gentil de vocês e os debates que tivemos foram importantes para esta caminhada. Demais professoras/es, agradeço a disponibilidade e as partilhas.

Se a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam, como nos inspira Leonardo Boff, muitas foram as conversas que tive em espaços que ampliaram minhas perspectivas sobre gênero, feminismos, direitos LGBTI+, migrações, raça, classe. Nomeadamente, agradeço às colegas e amigas/os queridas/os da Casa do Brasil de Lisboa, do Festival Feminista de Lisboa, do Baque do Tejo, dos grupos de leitura, do Evangélicxs pela Diversidade, do Instituto NOOS (SP/Brasil) e do grupo de trabalho Interseccionalidades (SP/BH/Lisboa) junto das amigas Cris Leão e Leonora Corsini, com quem muito aprendo.

Sem a generosidade de 29 pessoas que cederam seu tempo para participar das entrevistas, esta pesquisa não seria possível. Por isto e por tanto aprendizado que tive em nossas conversas, sou muito grata.

À Deus, que se manifesta de variadas e criativas formas, me sinto abençoada. Bebe-se de muitas fontes para construir um trabalho. Me alegro por ver a riqueza de onde tenho passeado.

Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário
gritando diante de vocês.
(Paul Preciado, 2019)

Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e
naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos
podem ser desconstruídos e desnaturalizados.
(Judith Butler, 2014)

Há rachaduras no processo de hegemonia ou dominação...
(Leonardo Boff, 2015)

Resumo

Esta pesquisa qualitativa visa investigar os significados atribuídos ao termo “ideologia de gênero” em Portugal através da análise de vinte e nove entrevistas realizadas com pessoas consideradas como representantes de três dimensões do conhecimento: ativista, científico e leigo. O objetivo geral consiste em compreender os modos e os processos através dos quais as pessoas constroem e reconstróem os significados de um termo cujo uso corrente tem vindo a aumentar e a adotar significados distintos. A classificação das/dos participantes na pesquisa, inicialmente feita pela investigadora, num processo de amostragem intencional, torna-se variável independente através da autoclassificação. Do *corpus* de análise emergiram seis posicionamentos em relação às dimensões do conhecimento, resultantes das intersecções entre as dimensões. Para além desta autoclassificação, uma parte das/os entrevistadas/os identificou-se como conservadora e os seus discursos revelaram uma opção antigênero, opondo-se aos discursos das/os entrevistadas/os que se declaram favoráveis às políticas pró-igualdade de gênero. O conjunto das pessoas que se consideram conservadoras entende “ideologia de gênero” como uma tentativa de outros grupos – nomeados como “esquerda”, “ativistas”, “feministas” – imporem ou tentarem impor uma agenda com enfoque na educação e nas crianças, vista como ameaçadora para os valores e estruturas sociais que consideram ser importante proteger. O conjunto das pessoas que se consideram pró-igualdade associa os discursos da “ideologia de gênero” com preconceito e retrocessos em relação aos direitos das mulheres e LGBTI+, num sistema que exclui pessoas não cis heterossexuais. Apesar deste sintagma ser adotado em muitos contextos sociopolíticos e culturais e as suas características atravessarem diferentes cenários, a pesquisa encontrou marcos específicos no contexto português associados aos significados que o termo assume.

Palavras-Chave: ideologia de gênero, estudos de gênero, constucionismo social, abordagens feministas, Portugal.

Abstract

This qualitative research aims to investigate the meanings attributed to the term “gender ideology” in Portugal through the analysis of twenty-nine interviews carried out with people representing three dimensions of knowledge and experience: activist, scientific, and layperson. The objective is to understand the ways and processes through which people construct and reconstruct the meanings of a term whose current use has been increasing and which has adopted different meanings. The classification of research participants, initially made by the researcher in an intentional sampling process, becomes an independent variable through self-classification. Six different points of view emerged from the analysis, resulting from the intersections between them. In addition to this self-classification, some of the interviewees identified themselves as conservative and their speech revealed an "anti-gender" position, opposing the interviewees speeches who declared themselves in favor of pro-gender equality policies. The group of people who consider themselves conservatives understand "gender ideology" as an attempt by other groups - named as "left", "activists", "feminists" - to impose or try to impose an agenda focused on education and children, seen as threatening to the social values and structures they consider important to protect. The group of people who consider themselves pro-equality associates the discourses of “gender ideology” with prejudice and setbacks in relation to women's rights and LGBTI+, in a system that excludes heterosexual non-cis people. Although this phrase is adopted in many sociopolitical and cultural contexts and its characteristics cross different scenarios, the research found specific milestones in the Portuguese context associated with the meanings that the term assumes.

Keywords: gender ideology, gender studies, social constitutionism, feminist approaches, Portugal

ÍNDICE GERAL

Introdução	1
PARTE I - IDEOLOGIA E GÊNERO NÃO É “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	6
Capítulo 1 – Gênero: percursos históricos do conceito e as perspectivas do Construcionismo Social	7
Capítulo 2 – Ideologia: conflitos de interesse entre formações sociais	13
Capítulo 3 – “Ideologia de gênero” nos movimentos sociais e na pesquisa acadêmica	16
3.1 A “ideologia de gênero” retorna à pesquisa acadêmica com outra roupagem	16
3.2 A transnacionalização dos movimentos antigênero	18
Síntese da Parte I	21
PARTE II - NARRATIVAS EMERGENTES E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E IGUALDADE DE GÊNERO POR ATIVISTAS, ACADÊMICAS/OS E POPULAÇÃO EM GERAL	22
Capítulo 4 – Desenho de pesquisa e opções metodológicas	23
Capítulo 5 – Apresentação de resultados	32
5.1 Análise de resultados	32
5.2 Categorias de análise	35
5.3 Problematização do regime de verdades produzidas a partir de movimentos antigênero	55
5.3.1 A sensação de perigo representada pela criação de um “pânico moral”	55
5.3.2 A concepção da sociedade a partir de um modelo universal, natural e biológico	57
5.3.3 A preocupação com o superior interesse da criança e os seus agentes de educação	61
5.4 Discussão de resultados	62
Considerações finais	64
Referências Bibliográficas	66
ANEXO I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	73
ANEXO II – CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	75

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E ANEXOS

Quadro 1	Modos de operação da Ideologia14
Quadro 2	Categorias de análise35
Quadro 3	Citações na categoria “Significados atribuídos ao termo” e suas subcategorias37
Quadro 4	Citações na categoria “Origem do termo” e suas subcategorias40
Quadro 5	Citações na categoria “Gênero” e suas subcategorias45
Quadro 6	Citações na categoria “Polarização do termo e dos significados atribuídos” e suas subcategorias47
Quadro 7	Citações na categoria “Disseminação do termo e do seu conteúdo” e suas subcategorias52
Quadro 8	Citações na categoria “Interseccionalidades” e suas subcategorias54
Figura 1	Modelo de análise25
Figura 2	Entrevistadas/os por perfil e indicações realizadas30

SIGLAS E ABREVIATURAS

COVID-19	Doença do Coronavírus, 2019 <i>Corona Virus Disease, 2019</i>
CIEG	Centro Interdisciplinar de Estudos de Género
ENEC	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
GTEC	Grupo de Trabalho Educação para a Cidadania
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgéneros e outras identidades (sigla adotada por ILGA Portugal em relatórios anuais)
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
OPP	Ordem dos Psicólogos Portugueses
RINGS	International Research Association of Institutions of Advanced Gender Studies
SARS-CoV-2	Novo coronavírus, responsável pela doença Covid-19

Introdução

Em diversas partes do mundo amplia-se o debate em torno de temas relacionados à gênero com crescente interesse e mobilização popular, política e religiosa, com presença de grupos e movimentos organizados que utilizam o termo “ideologia de gênero” para se referirem a assuntos relativos a igualdade de gênero, direitos LGBTI+, educação sexual nas escolas, feminismos, diversidade sexual e de gênero entre outros, nem sempre com rigor, adotando uma retórica antigênero e aglutinando estratégias para a restauração de uma ordem moral e de visões de mundo tradicionalistas (Junqueira, 2018).

A utilização do sintagma “ideologia de gênero”, com esta interpretação, foi criada no início dos anos 2000 pelo Pontifício Conselho para a Família, com o objetivo de rotular e distorcer o que se produzia no campo dos estudos de gênero (Garbagnoli, 2014) e se espalhou pelo mundo, trazendo significados distintos. O termo “ideologia de gênero” é usado com um sentido depreciativo, para contrariar o que se considera “a desnaturalização da ordem sexual” (Garbagnoli, 2014, p. 250), provavelmente beneficiando do crescente interesse e mobilização popular, política e religiosa referidas. Como o sintagma adota usos distintos (Furlani, 2016) a depender dos/as atores/atrizes sociais e de sua ideologia, ainda que o foco desta pesquisa se dê em explorar o sentido já exposto, também sinalizamos que o significado do termo, anteriormente, cunhado nas ciências sociais, era compreendido como uma forma de nomear que a sociedade é regida por ideologias de gênero, sendo que “tais ideologias subjugam mulheres aos homens, transgêneros às/aos cisgêneros; homossexuais e bissexuais às/aos, heterossexuais. Tratam-se das ideologias do machismo e da LGBTfobia” (Silva, 2018, p.5).

Em Portugal, o marco que se identifica para a utilização mais corrente e frequente do sintagma, designadamente pelos meios de comunicação, é um debate sobre a educação como mecanismo a favor de uma “ideologia de gênero”, intensificado desde 2017. A ação, mais específica, que assinala o uso mais frequente do termo associa-o à educação e, em específico, ao ensino público, isto é, tutelado pelo Estado. “Perigo! Ideologia de gênero”, foram as palavras usadas nos cartazes afixados em cerca de 300 escolas do ensino público

de norte a sul do país, pelo grupo “Escudo Identitário” em 2018¹. Atualmente, pouco mais de três anos após sua criação, possuem quase 12 mil seguidoras/es nas redes sociais e uma sede física no Porto, que contou com a presença de apoiadores italianos na inauguração. Em sua biografia do *Twitter*, o grupo se define como um “movimento de ação social e metapolítica que visa conscientizar e defender a Identidade Nacional e Europeia”.

A partir de uma revisão de literatura com objetivos exploratórios, realizada no início da pesquisa, percebemos características comuns em iniciativas do mesmo caráter e que se posicionam contra o que consideram “ideologia de gênero”: organização e crescimento exponencial nos últimos cinco anos, forte presença e mobilização nas redes sociais (no caso de Portugal, o *Facebook* é o mais utilizado), ligação à grupos de países na Europa e América Latina formando uma complexa e ampla teia global e interesse em outros temas além dos relacionados à sexualidade (Kuhar & Paternotte, 2017). Para além destas características, Garbagnoli (2014), identifica também um caráter reacionário, fundamentalista, de viés católico e que se desdobra em bases transnacionais.

Em Portugal existem produções acadêmicas que tangenciam este assunto, mencionando explicitamente “ideologia de gênero”, contudo, a revisão de literatura efetuada sugere serem poucos os que o tratam de forma científica e específica no contexto português, ou seja, que procuram entender o fenômeno da utilização do termo “ideologia de gênero” no país. Destaco, porém, o trabalho de Giorgi (2018) que, integrando a pesquisa realizada em 12 países da Europa sobre movimentos antigênero (Kuhar & Paternotte, 2017), investiga o modo como a igualdade de gênero passou a ser interpretada a partir do sintagma “ideologia de gênero” em Portugal.

Este cenário e as diferentes utilizações do termo e sua abrangência, nos encorajam a buscar uma compreensão mais aprofundada dos significados que alguns atores/atrizes sociais atribuem à “ideologia de gênero” visando conhecer narrativas emergentes e narrativas de reprodução ou repetição, admitindo que as narrativas emergentes dotam de sentido o termo, distorcendo o que os movimentos feministas e LGBTI+ propõem em favor de uma

¹ Por exemplo, <https://www.publico.pt/2018/11/09/p3/noticia/grupo-extremista-cola-cartazes-ideologia-genero-300-escolas-1850535>. Acesso em 13 ago 2020.

agenda distinta da que estes defendem. As narrativas de reprodução ou repetição correspondem às que conhecem os significados e não os desvirtuam nem os dotam de outros sentidos face ao que os movimentos feministas e LGBTI+ estabeleceram e estabelecem na atualidade – por isso mesmo reproduzem ou repetem o que os estudos de gênero têm vindo a estabelecer e a disseminar. As narrativas emergentes, por seu turno, correspondem às que resultam de uma apropriação do termo “ideologia de gênero” com alterações no seu significado e disseminação do termo contendo essas alterações ou distorções face ao que os estudos de gênero definem. Aqui não está em causa quem, isto é, o agente que contribui para a emergência de novas ou distintas narrativas, podendo ser as mídias sociais e/ou outros *opinion makers*.

A pergunta da qual partimos é: Quais são os significados de “ideologia de gênero” em Portugal construídos e usados por atores/atrizes sociais, cada um/a das/os quais representando uma de três dimensões do conhecimento: científico (com origem na academia, seja no âmbito dos estudos de gênero, dos estudos sobre as mulheres e/ou feministas), ativista (com origem na ação de movimentos sociais e/ou na ação político-partidária) e leigo (ou de senso-comum)? Foram selecionados/as estes/as atores/atrizes sociais remetendo-os/as a diferentes perfis de pessoas e/ou organizações envolvidas na disseminação de significados e sentidos para o termo “ideologia de gênero” que podem ou tem forte probabilidade de ser adotados por outras pessoas. Os atores/atrizes sociais posicionam-se em contextos relacionados com diferentes dimensões do conhecimento, que podem complementar-se, são fluidas e se interseccionam. A seleção dos sujeitos foi orientada pela visibilidade pública que cada um/a assume numa das dimensões de conhecimento, porém, o mais relevante, e que constitui variável independente é a sua auto classificação (numa das sete posições resultantes das três dimensões do conhecimento e da interseção entre elas). Adotamos o entendimento de atores/atrizes na perspectiva de Bourdieu (1983), percebendo-os/as como agentes e, ainda, ampliando em diálogo com a conceituação de Touraine (1998), que considera para a formulação deste entendimento, as situações de conflito que são resultantes das relações de dominação, o aspecto coletivo destas dinâmicas e percebe atores/atrizes sociais intencionam a transformação de uma ordem social.

O objetivo geral do estudo consiste em compreender os significados atribuídos a “ideologia de gênero” por atores/atrizes sociais, em Portugal, permitindo, em específico:

- 1) problematizar os discursos ou narrativas emergentes, isto é, sem base científica consistente, que definem ou produzem e disseminam um regime de verdades a partir dos movimentos antigênero (Kováts & Põim, 2015; Kuhar & Paternotte, 2017);
- 2) identificar eventuais influências dos significados atribuídos a “ideologia de gênero” sobre a construção do conhecimento leigo; e
- 3) analisar, nas entrevistas, os significados atribuídos a “ideologia de gênero”, adotando a classificação de Silva (2018), designadamente, o machismo e a LGBTfobia como ideologias de gênero; como um prelúdio do apocalipse moral; e como falácia.

Para alcançar os objetivos, o geral e os específicos, foi desenvolvida uma investigação qualitativa, com recurso a entrevistas semiestruturadas, visando uma compreensão aprofundada dos discursos ou narrativas produzidos/as sobre o tema da “ideologia de gênero” pelos atores/atrizes sociais, que permite conhecer (descrevendo) e interpretar o contexto português por referência à literatura disponível, apreendida através de análise documental (Quivy & Campenhoudt, 1995). O *corpus* de análise resultante das entrevistas é sujeito a análise de conteúdo (Guerra, 2006) do tipo categorial ou temática após a realização dos processos de organização e exploração do material (Bardin, 1977). A organização do material compreendeu em ouvir o áudio de cada entrevista duas vezes e anotações do resumo dos conteúdos. Também foi realizada transcrição, resultando em aproximadamente 600 páginas de texto, onde foi feita leitura indutiva surgindo “novas temáticas (descritivas) e problemáticas (níveis que permitem novas interpretações sobre o fenómeno a estudar)” (Guerra, 2006, p. 70). Na fase de explorar o material, foram realizados processos de codificação e categorização, onde foram buscadas a “identificação das variáveis cuja dinâmica é potencialmente explicativa do fenómeno pesquisado” (Guerra, 2006, p. 80).

Dividimos a dissertação em duas partes: na primeira, estabelecemos o enquadramento teórico-conceitual, com enfoque nos conceitos de Gênero, retomando Scott (1989), Butler

(1990), Connell & Pearce (2015) e outras/os autoras/es e de Ideologia, através de Eagleton (1997), Thompson (2011) e van Dijk (2017). Na segunda parte começamos por expor as opções metodológicas e apresentar os resultados de pesquisa, fazendo também a sua discussão à luz do quadro teórico-conceitual exposto na primeira parte.

Esta pesquisa foi realizada entre 2019 e 2021, portanto as entrevistas e a escrita se deram no contexto de dois importantes marcadores. O primeiro foi a pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2² que teve início março de 2020 em Portugal, mês que o país, acatando as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e outros órgãos internacionais, decretou confinamento e restrições de circulação como medida de prevenção e atenção à proliferação de casos de contágio de COVID-19. O segundo foram as eleições presidenciais portuguesas, a 24 de janeiro de 2021. Este contexto emerge nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, sendo comum a menção ao cenário político de Portugal e as campanhas presidenciais fizeram parte destas narrativas.

Na redação do texto da dissertação optamos por utilizar o português do Brasil, pois esta é a nacionalidade da candidata, adequando alguns termos para facilitar a leitura da dissertação por falantes da língua em português de Portugal, já que é o país em que esta pesquisa é apresentada. Sendo esta uma língua genericada, o que quer dizer que, o sexo da pessoa a quem o texto se refere importa para que seja adotada uma escrita no masculino ou no feminino, nos inspiramos em Kilomba (2019) e optamos por não usar a convenção de que artigos e pronomes no masculino podem ser adotados de forma universal para se referir também às mulheres. Ainda que consideremos uma saída binária (pois não inclui pronomes que acolhem pessoas agêneras e não-binárias, por exemplo) a opção de escrita foi empregar ambos os sexos, por exemplo, leitor/a.

² Fonte: <http://www.insa.min-saude.pt/category/areas-de-atuacao/doencas-infeciosas/novo-coronavirus-sars-cov-2-covid-19/> Acesso em 10 jul 2021

PARTE I - IDEOLOGIA E GÊNERO NÃO É “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Capítulo 1 – Gênero: percursos históricos do conceito e as perspectivas do Construcionismo Social

Os estudos de gênero foram impulsionados em diversas sociedades do Ocidente e do hemisfério Norte, quando, na década de 1970, os temas que os compõem foram trazidos para o campo científico. Portugal fez um esforço para acompanhar outros contextos, notório nas políticas públicas e do ponto de vista legislativo, contudo foi menos expressivo na academia. Por exemplo, apenas em 2012 foi criado o Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG), o primeiro no país (Torres, Maciel, & Sant’Ana, 2015) classificado por Tavares (2015) como marco histórico na evolução deste campo, apontando a carência teórica dos movimentos feministas em Portugal como um fator que impediu uma relação mais aproximada entre o ativismo e a academia.

Perceber a emergência e mudanças do conceito de gênero e as dinâmicas psicossociais e políticas envolvidas é fundamental para esta pesquisa, sendo a perspectiva construcionista social útil na consecução do objetivo de compreender os sentidos dados ao conceito de gênero e ao termo “ideologia de gênero”. Principalmente os sentidos que estão presentes em narrativas que sugerem que gênero e/ou os estudos de gênero veiculam e procuram impor uma ideologia apresentada com uma aparência científica. Este tipo de narrativas, sustentadas por setores conservadores, compreende sexo e sexualidade como questões que dizem respeito a uma ordem transcendente, pré-social e imutável (Garbagnoli, 2014), estimulando abordagens naturalistas e essencialistas. A diferença entre os sexos, marcada por suas características reprodutivas, é então, assumida como base para outras diferenças relacionadas à interesses, personalidade, intelecto e aspectos físicos, como força, velocidade, habilidades, desejo sexual, entre outras, concepção característica da primeira dentre as três fases que Torres (2018) apontou como percurso da evolução do conceito de gênero, em voga no final do século XIX e a primeira metade do XX. Sexo e gênero, nesta época, eram determinados como semelhantes dentro das lógicas científicas e sociais hegemônicas, havendo, portanto, a associação natural entre macho/homem/masculino e fêmea/mulher/feminino, ainda que gênero como conceito não fosse nomeado desta forma e ainda que as experiências da sexualidade transgressoras à estas associações tivessem sempre existido. As hierarquias e visões dominantes de gênero eram explicadas por meio “diferenças

naturais” e não colocavam em causa as relações de poder que instalam uma lógica de dominância social que privilegia homens (Connell & Pearse, 2015), sobretudo homens brancos e heterossexuais, assegurando estes marcadores sociais como as referências, tanto para conceber o que significa ser universalmente humano, quanto para generalizar padrões de gênero (Kimmel, 1998).

Os anos 60 e 70 do século XX marcaram a segunda fase da evolução do conceito de gênero, onde este passou a ser compreendido como diferente do sexo e também como uma construção social, assumindo uma posição variável e fazendo questionamentos sobre o privilégio estrutural dos homens; as diferenças entre homens e mulheres na participação na vida política e social, na ascensão econômica e na vitimização; a criação e hierarquização de seus papéis e expectativas sociais etc. Há, portanto, a tentativa de evidenciar a construção social dos modos de estar e de se ser em sociedade e desnaturalizar disparidades entre o que é permitido e esperado do masculino e do feminino, diferenciando-as do sexo, contudo ainda marcada por uma visão binária da sexualidade (Torres, 2018).

Para Joan Scott (1989), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e um primeiro modo de dar significado às relações de poder. No seu trabalho publicado em 1986, a autora apresenta o conceito de gênero como uma chave para se perceber a história das mulheres escapando da armadilha de reconhecer o homem como centro das produções ou romantizar e não complexificar a trajetória das mulheres. Desta forma, isso apenas seria possível através da diferenciação entre sexo e gênero, observando as assimetrias de poder vinculadas à construção social do segundo conceito e não naturais ou inatas, advindas da diferença sexual entre homens e mulheres.

O final dos anos 80 e princípio dos 90 do século XX, marcam a terceira fase da evolução histórica e sociológica desta concepção, onde assume-se, ainda mais, que é complexa a relação entre o biológico e o social (Sapolsky, 1997) diminuindo – e subvertendo – os limites destas dimensões nas interações sociais e nas construções do gênero (Butler, 1990), considerando que este “não é uma propriedade dos indivíduos, mas que ‘é feito’ e atribuído desde a nascença, e que nós vamos construindo e negociando ao longo da vida” (Torres, 2018, p. 7). No início dos anos 90, Butler (1990) concebe que a realidade do gênero é performativa,

praticável, ou seja, só é real na medida em que é realizada, acentuando que gênero não se refere a um fato ou verdade sobre os sujeitos, nem a uma estrutura preexistente, mas a um fenômeno, produzido e reproduzido o tempo todo – propondo, inclusive, sua subversão e o deslocamento das normas de gênero. “Gênero” é, então, apresentado como uma categoria para a análise de desigualdades descolando-a de argumentos que sustentam que ser homem e ser mulher são experiências fixadas pela natureza e pelos seus atributos decorrentes desta dicotomia, além de incorporar o caráter fluido do gênero, das identidades e orientações sexuais e questionar as normativas heterossexuais³ (Cohen, 1997) e cis+sexistas⁴ (Vergueiro, 2013).

Já no decurso do século XXI, por exemplo, Butler (2014) e Connell & Pearse (2015) explicitam ser dicotômica e contingente a forma binária como gênero é entendido socialmente e apresentam uma perspectiva que altera o foco nas diferenças para um enfoque nas relações. Connell & Pearse (2015), enfatizam as dimensões materiais e estruturais das relações, que estão para além das abordagens que tomam o gênero como identidade pessoal e expressão de diferenças, concebendo-o, então, como “uma questão de relações sociais dentro das quais indivíduos e grupos atuam (...) e como uma estrutura social de um tipo particular que envolve uma relação específica com os corpos” (p 47). Esta estrutura de relações é construída, não por causa das diferenças biológicas, mas a partir da centralidade dada às distinções reprodutivas que são trazidas para o seio dos processos sociais (Connell & Pearse, 2015).

A trajetória deste conceito, apesar de ser apresentada numa sequência cronológica que pode aparentar alguma ideia de evolução e cadência, é marcada por antagonismos, como

³ Em 1997, Cohen cunha o termo “heteronormatividade” evidenciando o estabelecimento da heterossexualidade como norma e como sistema principal e que marginaliza, reprime e persegue outras vivências da sexualidade, fazendo-o, inclusive institucionalmente. Se revela a intenção, como aponta Rosa (2020), de ser uma contrapartida aos termos criados anteriormente que colocavam em evidência alguma característica no indivíduo marginalizado (homofobia, por exemplo, coloca em evidência aquele que sofre o preconceito, não o sistema que cria aquele que exerce o preconceito).

⁴ O termo “cis+sexismo” é uma tentativa de apontar a complexa interseção entre a normatividade sexista de gênero (que produz culturalmente as diferenças homem-mulher) e a normatividade cissexista de gênero (que produz culturalmente as diferenças cis-trans). A cisgeneridade pode ser entendida como as posições normativas no segmento “sexo-gênero”: são as identidades de gênero binárias, “definidas a partir de ilusões pré-discursivas e tidas como permanentes. É costume, em nosso contexto histórico, referir-se a pessoas cisgêneras como homens/mulheres 'biológicxs', 'de verdade', 'naturais', 'cromossômics' etc” (Vergueiro, 2013, p. 2).

nos aponta hooks (1984) que, inserida em discussões dos movimentos feministas negros nos Estados Unidos, critica a categoria unificadora de “mulher”, percebendo-a como insuficiente e, ao mesmo tempo, denunciando que seu uso universal se revelava cúmplice do racismo, pois invisibilizava as experiências das mulheres negras e suas reivindicações. Nesse sentido, hooks (1984) e outras autoras, como Kilomba (2019) e Gonzalez (2020) demonstram que o racismo estrutural e a colonialidade determinam que a experiência de ser socialmente considerada mulher seja profundamente diferente dependendo de vários recortes, como raça e classe. Assim sendo, ainda que o gênero ou a sexualidade sejam opressões partilhadas, mulheres em diferentes contextos encontrarão essa opressão formulada e apresentada diferentemente, tendo, ao mesmo tempo, diferentes limites de ordem cultural para lidar com estas opressões. O contexto torna-se muito relevante para compreender experiências específicas das mulheres. Um exemplo clássico da literatura especializada é a luta das mulheres brancas e cisgênero de classe média do Norte global pelo direito ao trabalho. Quando as mulheres que não possuíam esses privilégios sociais – branquitude, cisgeneridade, classe social – comumente faziam trabalhos pesados desde a infância e não possuíam nenhuma perspectiva de alguma vez não trabalhar. Na atualidade reconhece-se, no âmbito dos estudos de gênero, que diante das imensidões e complexidades desses abismos estruturais, o gênero precisa ser pensado, estudado e analisado interseccionalmente (Crenshaw, 1996).

Neste sentido, além da inserção do conceito de gênero nos debates das ciências sociais, já apresentando uma perspectiva não estanque das hierarquias de poder, o próprio termo passa por construções marcadas por atravessamentos históricos, culturais, disputas narrativas e por múltiplas perspectivas teóricas e, por isso, vem ampliando suas definições com o passar do tempo, impactando as investigações sobre o gênero. Em termos gerais, podemos reconhecer que na atualidade, teóricas/os e pesquisadoras/os percebem as diferenças presentes no campo científico dos estudos de gênero decorrentes da multiplicidade de áreas do conhecimento e abordagens metodológicas de onde advêm estas/es investigadores/as, o que traz riqueza às contribuições conceituais e teóricas que buscam compreender as razões das desigualdades baseadas no gênero, não obstante também, ao mesmo tempo, impor desafios para o campo (Connell & Pearse, 2015; Carvalho, 2015; RINGS, 2018).

O entendimento da organização social de forma genderificada abre espaço para perceber o gênero como uma estrutura social multidimensional que diz respeito à identidade, à sexualidade, à divisão sexual do trabalho, ao poder, às questões econômicas e políticas globais, entre outros, necessitando ser localizada a partir de diferentes contextos históricos e culturais para estas análises e abarcando críticas à múltiplas estruturas. Por exemplo, quando Mohanty (2003) propõe uma abordagem de gênero que começa com a experiência histórica do imperialismo, evidenciando que seus processos de construção são entrelaçados com as dinâmicas raciais e capitalistas; quando Spivak (1988) chama atenção quanto as periferias globais usarem conceitos construídos com centralidade nas metrópoles urbanas e destas intelectuais falarem em nome dos grupos marginalizados; quando Oyěwùmí (1997) argumenta que as categorias ocidentais de gênero seriam intrusivas às experiências das populações africanas impostas pelo colonialismo; quando outras autoras/es, como Quijano (2001-2002) e Lugones (2008) centralizam o período colonial no desenvolvimento da modernidade capitalista para discutirem as questões de gênero, percebendo que a sociedade colonial se organizava fundamentalmente a partir de uma hierarquização baseada na fusão de gênero e raça, persistente no mundo contemporâneo, sobretudo nas relações entre países do norte e do sul global (Connell & Pearse, 2015).

Uma vez compreendido o gênero como construto social determinado histórica, geográfica e socialmente, o que, como vimos, a literatura especializada já conquistou há décadas, é necessário ter em conta como essa formação se estabelece, quais as oposições que se formam contra ela e de que formas ela consegue se lidar com oposições.

Antes de nos aprofundarmos nos significados atribuídos à “ideologia de gênero” em Portugal é necessário compreender que a construção desta e outras terminologias relacionadas para referir-se a uma série de questões sócio-políticas e identidades não coincide com a existência das vivências materiais as quais essas terminologias se referem (Vergès, 2020). Por exemplo, pessoas queer não passam a existir apenas no momento em que é publicada a “Teoria Queer” (Louro, 2018). Essa consideração é importante para debater a construção de significado, pois uma das categorias e subcategorias de análise que usaremos mais à frente para discutirmos os resultados das entrevistas será a politização e polarização ao redor da “ideologia de gênero”, sendo relevante compreender que os tensionamentos

sociais que os resultados revelam não foram criados pelo termo “ideologia de gênero”. Caso contrário, se poderia resvalar em uma falácia segundo a qual pareceria que o termo cria o problema, quando na realidade nomear o que até então havia sido invisibilizado – mas nem por isso menos concreto – tem se revelado uma estratégia importante para movimentos sociais, principalmente os mais marginalizados (Louro, 2018).

Logo, a dissidência de padrões cis heteronormativos e binários é anterior à elaboração acadêmica dos termos que nomeiam essas dissidências, ou seja, existem pessoas que possuem sexualidades dissidentes, fora do padrão normativo, antes de possuírem suas experiências nomeadas ou estudadas. Na mesma linha, o papel estruturante do gênero nas relações sociais das sociedades ocidentais/cristãs/coloniais/patriarcais (Paredes, 2017) é anterior a existência do termo “ideologia de gênero” em qualquer dos campos de conhecimento analisados. O que estamos dizendo é que é preciso estudar os significados atribuídos ao termo compreendendo que esse termo não cria o que nomeia, e sim agrupa uma série de realidades políticas-sociais pré-existentes. Inclusive, estudaremos como quais realidades estão sendo nomeadas pelo termo se inverte dependendo do lugar do emissor do discurso.

Assumimos nesta pesquisa, uma abordagem feminista crítica (Nogueira, 2001) adotando uma perspectiva construcionista social da sexualidade e do gênero, tentando contribuir para o debate e questionamento das normas e das relações de poder a partir da lógica de gênero; as categorias sexuais (homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade) que produzem hierarquias sociais (Foucault, 1988); da definição de gênero a partir de seus atravessamentos culturais e históricos e, portanto, suas modificações ao longo do tempo; das múltiplas possibilidades de vivência da sexualidade; da fluidez das identidades e expressões de gênero (Rasera, Teixeira, & Rocha, 2014); assumindo que o conhecimento é concebido não mais como representação de fatos objetivos (Burr, 1995), mas como produção nas relações entre as pessoas (Rasera & Japur, 2001). Desta forma, questionamos o pressuposto da diferença entre os gêneros que foi construída socialmente como basilar e fundamental, duvidando da necessidade desta distinção e, como observa um expoente do Construcionismo Social, Gergen (2006), percebendo que esta diferença não reflete nenhuma realidade palpável.

Capítulo 2 – Ideologia: conflitos de interesse entre formações sociais

A complexidade que envolve o objeto desta pesquisa convoca a necessidade de tratarmos em específico o conceito de Ideologia, fazendo a importante distinção de que, ao se referir sobre “ideologia de gênero”, os grupos que utilizam este sintagma não evocam os conceitos do termo trabalhados por teóricos/as das ciências políticas e áreas correlatas.

O período entre 1980 e 1990 do século XX foi palco para um ressurgimento dos movimentos ideológicos no mundo (Eagleton, 1997) proliferando ideias a partir de diversas linhas argumentativas. Ao comparar abordagens teóricas sobre os conceitos de ideologia a partir de cinco pensadores clássicos e contemporâneos, Silva (2009) expõe as diferenças de entendimento dadas ao termo, que é concebido tanto a partir de um viés mais abstrato – associado à consciência e às ideias, para alguns –, quanto de uma perspectiva cuja preocupação é a manifestação do poder na linguagem focada nas interações sociais, o que promove mudanças no entendimento sobre ideologia (Eagleton, 1997).

Thompson (1995) e Eagleton (1997), por exemplo, partilham o entendimento de que as lutas de poder nas formas sociais de vida estão na centralidade do debate sobre ideologia, acreditando que a linguagem pode ou não ser ideológica, contudo, divergem na justificativa de sua eventual presença no âmbito linguístico e privilegiam o contexto para esta análise (Silva, 2009). Para Thompson (1995), a ideologia está presente quando há legitimação de relações de dominação, desta forma, os discursos de resistência não são tidos como ideológicos. Por outro lado, para Eagleton (1997) – e van Dijk (2017) –, podem ser ideológicos tanto o discurso opressor, a quem interessa manter a estrutura social dominante, quanto o das/os oprimidas/os, que são os que a subvertem, enfatizando uma relação mais dinâmica do que pode ser considerado ideológico, já que “a ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o que, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento” (Eagleton, 1997, p. 22). Por sua vez, Eginardo Pires, citado pelo filósofo de Direito Alysson Mascaro (2019)⁵ salienta que “não importa a

⁵ Seminário Internacional "Democracia em colapso?" promovido pela TV Boitempo em São Paulo/Brasil, 2019, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=XIoHf4eAW_M&t=832s. Acesso em 20 jan 2020.

qualidade de um argumento para fazer ideologia (...), a ideologia se faz com quem tem a maior quantidade de aparelhos ideológicos”.

Nos foi útil para a concretização de um dos objetivos propostos nesta pesquisa, nomeadamente a identificação das influências dos significados atribuídos à “ideologia de gênero” sobre a construção do conhecimento leigo, a sistematização dos modos de operações gerais da ideologia e suas estratégias de construção simbólica, oferecida por Thompson (1995) quando se propõe a analisar como o sentido poderia estar a serviço de estabelecer e sustentar relações de dominação, como fica mais claro no quadro 1 elaborado pelo autor e sintetizado por Silva (2009):

Quadro 1: Modos de operação da Ideologia

MODOS GERAIS	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
<p>Legitimação (relações de dominação podem ser mantidas se forem apresentadas como legítimas)</p>	<p>Racionalização (o falante constrói um raciocínio para mostrar que relações ou instituições sociais devem ser aceitas)</p> <p>Universalização (interesses de uns são apresentados como interesses de todos)</p> <p>Narrativização (na narração de histórias, o presente é apresentado como integrante de uma tradição “eterna e aceitável”)</p>
<p>Dissimulação (relações de dominação podem ser estabelecidas e mantidas pelo fato de serem “ocultadas, negadas ou obscurecidas” ou por serem apresentadas de modo imperceptível)</p>	<p>Deslocamento (termos geralmente usados para menção a pessoas ou objetos são usados para se referir a outros, dessa forma, os sentidos bons ou ruins são transferidos para o novo referente)</p> <p>Eufemização (a descrição acrescenta uma valoração positiva)</p> <p>Tropo (é o uso de figuras da linguagem. As formas mais comuns de tropo são sinédoque, metáfora, metonímia)</p>
<p>Unificação (relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da construção de unidade entre indivíduos, independentemente das diferenças que os separam)</p>	<p>Estandardização (“formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão”, por exemplo, desenvolvimento de uma linguagem nacional sem levar em conta as diferenças sociais e linguísticas)</p> <p>Simbolização da unidade (“construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas”)</p>
<p>Fragmentação (relações de dominação são estabelecidas e mantidas através da fragmentação de indivíduos e grupos que possam ser uma ameaça aos dominantes)</p>	<p>Diferenciação (ênfase às distinções entre pessoas e grupos)</p> <p>Expurgo do outro (construção de um inimigo para a sociedade)</p>

<p>Reificação (relações de dominação são criadas e sustentadas quando uma situação transitória é apresentada como se fosse “permanente, natural, atemporal”)</p>	<p>Naturalização (apagamento da história dos fenômenos, que são apresentados como naturais)</p> <p>Eternalização (fenômenos são apresentados como “permanentes, imutáveis e recorrentes”)</p> <p>Nominalização (ações e participantes são transformados em nome)</p> <p>Passivização (verbos colocados na voz passiva. Essa estratégia e a anterior apagam os sujeitos e a ação como se os acontecimentos acontecessem por si só)</p>
---	---

Fonte: Silva, 2009, p. 168-170 & Thompson, 1995, p. 81

Teun van Dijk (2017) entende que as ideologias possuem um papel fundamental na sociedade e as considera como um dos aspectos basilares da interface entre discurso e cognição social, deixando claro que “tal como ocorre no racismo (e ideologias racistas), as ideologias não são inatas, mas aprendidas, partilhadas e usadas para identificar, formar e manter grupos sociais e o seu poder” (van Dijk, 2017, p. 15). Assim, as ideologias, em geral, são sistemas globais onde através de “processos de socialização complexos, usualmente de longo prazo, e de outras formas de ‘processamento de informação social’, são gradualmente adquiridas e socialmente partilhadas” (van Dijk, 2017, p. 118). Como o autor entende que as ideologias são cognitivas e sociais, também propõe que sua análise seja feita a partir da interseção sociocognitiva, ou seja, “por um lado, estruturas societais e relações de grupos e instituições e, por outro, pensamento individual, ação e discurso” (van Dijk, 2017, p. 133). De forma esquemática é como se as construções ideológicas fossem se afunilando no sentido de influenciar grupos até um nível mais pessoal, como define o autor:

As ideologias desempenham importantes funções cognitivas. Organizam conjuntos de atitudes sociais (de grupos) e monitorizam a sua aquisição e mudança, em função dos interesses dos grupos. Estas atitudes por sua vez, fornecem as opiniões socialmente partilhadas que podem ser aplicadas pelos membros sociais na construção de modelos mentais, controlam a produção ou compreensão do texto e da fala. Por outras palavras, as estruturas do discurso só indiretamente expressam ideologias, pois só através da sua “instanciação” em modelos concretos é que constituem a base mental de natureza única e situada de cada ocasião de texto e fala. (van Dijk, 2017, p. 133)

Capítulo 3 – “Ideologia de gênero” nos movimentos sociais e na pesquisa acadêmica

3.1 A “ideologia de gênero” retorna à pesquisa acadêmica com outra roupagem

Nesta pesquisa, o termo “ideologia de gênero” não se refere apenas ao conceito cunhado na academia, portanto, sua conceitualização se torna importante para localizar os contextos e usos deste sintagma ao longo do tempo. Silva (2018) analisa 26 artigos científicos em português disponíveis no Google Acadêmico constatando que o termo “ideologia de gênero” assume, no mínimo, três significados: o machismo e a LGBTfobia como ideologias de gênero; como um prelúdio do apocalipse moral; e como falácia.

Nas ciências sociais, se trata de um conceito sociológico elaborado com o intuito de identificar, compreender e criticar os processos de naturalização das relações de gênero, a subordinação das mulheres, a assimetria de poder e de acesso aos recursos por parte das mulheres em relação aos homens (Junqueira, 2018), como utilizado por Santos & Amâncio (2012). Nesta e em pesquisas que usam desta interpretação conceitual, “ideologia de gênero” são, então, manifestações do machismo, sexismo, misoginia, heterossexismo, LGBTfobia etc.

No entanto, desde a década de 1990 do século XX, a utilização do termo ganhou outros sentidos, designadamente como criação católica que emerge do Conselho Pontifício para a Família⁶ e de conferências episcopais (Junqueira, 2018). O termo “ideologia de gênero” passa a nomear as narrativas que questionam a naturalização das relações de poder na perspectiva de gênero e as reivindicações de direitos realizadas por movimentos feministas e LGBTI+. Desta forma, quando se fala sobre este sintagma, é importante localizar o discurso, assumindo que ele pode adotar, múltiplos sentidos e até significados inversos. Em discursos conservadores⁷,

⁶ O Pontifício Conselho para a Família, instituído em 1981 pelo Papa João Paulo II encerrou suas atividades em 2016, tendo suas competências e funções assumidas pelo Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida que foi, por sua vez, instituído pelo Papa Francisco. Disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/index_po.htm. Acesso em 21 jun 2021

⁷ Há necessidade de nos referirmos a este termo, pois marca a diferença entre as narrativas das pessoas entrevistadas e porque foi citado por algumas delas como auto declaração, ainda que não tenham sido questionadas neste sentido. Há muitas formas de se referir ao conservadorismo – histórico, tradicional, político, econômico (Moreira, 2014), filosófico, que é o valor da corrente de terceira via identificada por Giddens (1999), pensamento conservador, *práxis* conservadora (Souza, 2016), ativismo conservador, neoconservadorismo (Biroli, Vaggione & Machado, 2020) – e também de defini-lo – gênese (Burke, 2014), observação no plano descritivo, comportamental etc. Com a transição da sociedade industrial para sociedade de informação e com as duas crises do petróleo nos anos 70 do século passado, agudiza-se a crise do Estado Providência e descentraliza-se para a sociedade civil diversas responsabilidades de bem-estar social e reduz-se direitos universais, tarefas assumidas

“ideologia de gênero” é percebida, em síntese, como um projeto totalitário de viés político-partidário, com uma agenda uníssona, que questiona a ordem social e se manifesta através de teóricas/os “do gênero” e dos movimentos feministas e LGBTI+. Aquele projeto terá, de acordo com os discursos classificados como conservadores, uma intenção de transformação da ordem social, que altera as bases em que a sociedade se assenta, onde a família possui uma definição universal, naturalizada e baseada em valores morais cristãos, portanto, monogâmica, cisgênera, heterossexual,

formada por um homem e uma mulher (...) nas quais o primeiro provê financeiramente e (...) [ela] é definida como agente relevante para a prosperidade da família. Nesta configuração, homens e mulheres tem papéis complementares e o problema da exploração do trabalho fica suspenso – como esfera privada afetiva, ela não seria atravessada por relações de poder (...) e [é, também] definida pelo objetivo da reprodução biológica (...) acompanhada do requisito da funcionalidade. (Biroli, Vaggione & Machado, 2020, p. 151)

Com a ida das mulheres para o mercado de trabalho e acesso ampliado à educação formal, ainda que continuem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, entra em choque sua disponibilidade de dedicação nestes espaços, tensionando um trabalho que desempenharam historicamente de forma gratuita (Biroli, Vaggione & Machado, 2020). Nesta concepção, a família e a infância estão em risco.

Em diversos países, lideranças consideradas populistas e de extrema-direita trouxeram para o centro de suas agendas – o que está presente nos discursos das entrevistas realizadas para esta pesquisa – “uma cruzada contra a ‘ideologia de gênero’, onde há a “defesa da família e de uma ordem sexual com base em valores cristãos” (Biroli, Vaggione & Machado, 2020, p. 137), ainda que nem sempre seja mencionada de forma explícita. Apesar das disputas narrativas sobre igualdade de gênero e diversidade sexual acontecerem no campo democrático – e não necessariamente terem entre si agendas consensuais – para estas/es autoras/es, “as campanhas contra o gênero colaboram para a erosão das democracias na medida em que comprometem valores e requisitos institucionais fundamentais como

por grandes tradições religiosas (Carmo, 2011). Nesta pesquisa, adotamos o entendimento de conservadorismo na dimensão política e de costumes, associando-o a um pensamento de manutenção das instituições sociais tradicionais e à “variadas posições contrárias aos avanços das pautas da esquerda (...), à luta pela universalização dos direitos e às demandas pela radicalização da democracia (...) e uma agenda de combate ao avanço dos direitos humanos” (Souza, 2016, p 361).

pluralidade, laicidade, proteção às minorias, direito à livre expressão e à oposição” (Biroli, Vaggione & Machado, 2020, p. 137).

Pesquisadoras/es e grupos de pesquisa que têm investigado sobre o termo na América Latina e alguns países da Europa⁸, demonstrando crescente interesse sobre o tema, desprendem-se do sentido dado a partir dos seus usos iniciais nas ciências sociais para assumir o significado atribuído por discursos conservadores que, paulatinamente, vai sendo adotado por movimentos sociais, por organizações da sociedade civil e discursos políticos – procurando mapear e analisar estas ofensivas, classificando-os como antifeministas (Garraio & Toldy, 2020) e antigênero (Kováts & Põim, 2015; Kuhar & Paternotte, 2017; Corrêa & Kalil, 2020). De um modo mais claro, para Junqueira (2018),

em termos sociológicos, o discurso antigênero é uma autêntica expressão da ideologia de gênero. Algo que, no entanto, é elidido por uma manobra de inversão por meio da qual o discurso antigênero objetiva como ideologia aquilo que é, precisamente, a sua crítica e seu enfrentamento (Junqueira, 2018, p. 453)

Garbagnoli (2014), acrescenta que se considerarmos os “espaços, tempos e métodos de elaboração da expressão ‘ideologia de gênero’, os agentes que a produziram e que a veiculam, o seu conteúdo e a sua forma retórica, os seus usos sociais, o que emerge antes de tudo e sobretudo é que este termo é um dispositivo retórico reacionário” (p. 257) que é construído a partir da reconstrução do “discurso e a posição do oponente, contribuindo assim, graças à força do discurso religioso legítimo, para a elaboração de suas definições socialmente eficientes” (Garbagnoli, 2014, p. 257).

3.2 A transnacionalização dos movimentos antigênero

Neste subcapítulo dedicamo-nos a tentar compreender como um conceito difundido no contexto da América Latina (Mena-López & Aristizábal, 2018; Corrêa & Kalil, 2020) e Europa (Kováts & Põim, 2015) – “ideologia de gênero” – tem se destacado como uma narrativa

⁸A exemplo do lugar de destaque que os debates sobre “Ideologia de gênero” tem em Portugal, citamos o II Congresso Internacional do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG), ocorrido em 2019, com uma das linhas temáticas focando questões referentes ao termo e como foi noticiado no Jornal Público: “Investigadoras desmontam ‘conjunto de mentiras’ sobre ‘Ideologia de gênero’” <https://www.publico.pt/2019/07/26/sociedade/noticia/cieg-investigadoras-desmontam-conjunto-mentiras-ideologia-genero-1881430>

crecente em escala global e amplificado as ofensivas antigênero (Centurión, 2018; Butler, 2019), além de revelar um forte traço das dinâmicas de desdemocratização (Ramirez, 2020), da produção e disseminação de pânico moral (Cohen, 1972; Rubin, 2003) e um interesse na promoção de uma agenda política moralmente regressiva e em defesa da “família natural” (Junqueira, 2018).

O conceito de “ideologia de gênero” beneficiou da disseminação, ampla da mídia influenciando os discursos no espaço político e, deste, ganhando novamente espaço midiático. Este processo decorreu de formas distintas em diversos países, estando entre os mais conhecidos e onde está melhor documentado o processo, os Estados Unidos da América, Brasil e outros países da América Latina e Hungria, Polônia e outros países europeus. Em 2013, em França, por exemplo, aquando da aprovação da lei da instituição do casamento para pessoas do mesmo sexo, a expressão, juntamente com “Teoria de gênero”, foi utilizada para estigmatizar quem os opositores desta lei consideravam seus antagonistas políticos, por exemplo: “governo de maioria socialista, parlamentares pró-lei, militantes LGBTI+, feministas, mulheres pesquisadoras e pesquisadores ativos no campo dos estudos de gênero” (Garbagnoli, 2014, p. 258). No Brasil, apesar de estar documentado que a expressão usada por um deputado estadual de São Paulo num debate no Parlamento em 2003, foi em 2007 que se iniciou uma propagação sistemática dos discursos antigênero por setores católicos (Corrêa & Kalil, 2020), vindo a ganhar força do meio evangélico fundamentalista em 2013 (Gomes, 2020) e sendo sistematicamente referido pelo atual presidente do país, Jair Bolsonaro, inclusive em discursos oficiais, como o de sua posse.

O termo reduz a complexidade e, inclusive, divergências dos estudos de gênero e reivindicações dos movimentos LGBTI+ e feministas, numa tentativa de estigmatização e desqualificação do gênero como marcador social gerador de desigualdades sociais, desconsiderando seu caráter analítico, científico e social, voltando, agora com um outro sentido diverso ao do interesse acadêmico. Segundo Junqueira (2018),

estudos, pesquisas, reflexões e debates inesgotáveis que contemplam diferentes disciplinas, matrizes teóricas e políticas são reduzidos a uma “teoria”, declinada sempre no singular – assim como ocorre com o gender (Carnac, 2014; Favier, 2012). Apropriar-se, homogeneizar, descontextualizar e referir-se a um campo por meio de um termo redutor visa extinguir seu vigor teórico, minar seu potencial político

(Garbagnoli, 2014a, 2014b) e, ao mesmo tempo, criar a ilusão de um inimigo comum e personificado: único, organizado e a ser demonizado (Husson, 2012, 2015b). (Junqueira, 2018, p. 458)

Neste sentido, o gênero é percebido como algo perigoso que possivelmente questiona o *status quo* e, portanto, ameaça a ordem. Vasconcelos (2019), em sua comunicação no II Congresso Internacional do CIEG conceitualiza o que chama de “Ideologia antigênero” constituindo-se como

uma nebulosa discursiva fortemente conservadora caracterizada pela vincada recusa, quer de uma visão igualitária entre mulheres e homens, quer das variadas lógicas de emancipação feminina dela decorrentes, quer ainda de todas as reivindicações queer e trans, nomeadamente aquelas que sentem como pondo em causa a suposta naturalidade da família heterossexual, tanto como a suposta naturalidade da heterossexualidade e das identidades de gênero que “naturalmente” produziria machos e fêmeas enquanto homens e mulheres. Recusa, assim, a própria ideia de gênero a favor da ideia de sexo, entendido como uma realidade antropológica de invariável base biológica (ou mesmo teológica) anterior a qualquer suposto desmando ou deriva social e cultural. (orador Pedro Vasconcelos no caderno⁹ do II Congresso Internacional do CIEG com o tema geral “Estudos de género, feministas e sobre as mulheres: reflexividade, resistência e ação” e em sua comunicação em 24 de julho 2019 na Mesa Redonda “Direitos, políticas e resistências”)

A partir do conteúdo teórico conceitual apresentado percebemos a complexidade do tema, a partir da amplitude de abordagens no próprio campo dos estudos de gênero e estudos feministas e das reivindicações das pautas de igualdade de gênero e da diversidade sexual.

⁹ Justifica-se a utilização do caderno do referido congresso, pois o livro composto pelas palestras encontra-se em fase de publicação.

Síntese da Parte I

Como apresentado, existem poucos estudos acadêmicos que tenham se dedicado a estudar especificamente o fenômeno da “ideologia de gênero” em Portugal, embora vários o tangenciem e existam alguns trabalhos fundamentais na área, como o de Giorgi (2018). Identificou-se, portanto, uma situação de estado da arte sobre o tema demandante de uma produção de dados empíricos sobre o mesmo. Diante dessa realidade, aliada à necessidade de testar-se de que forma as elaborações teóricas basilares dessa pesquisa se manifestam na realidade concreta do território (geográfico, mas também sociocultural) em estudo, adotamos como pergunta-orientadora: quais são os significados atribuídos à “ideologia de gênero” por atores/atrizes sociais específicos e, presumivelmente, distintos entre si. A opção metodológica foi a de convidá-los/as a expor por si mesmos essa significação, produzindo um discurso livre, apenas guiado por um roteiro de entrevista para assegurar que cada entrevistado/a abordaria os temas centrais, resultando em aproximadamente 24 horas de entrevistas transcritas em um total de quase 600 páginas, a partir das quais se fez uma análise temática ou categorial. O processo de definição da amostra de estudo, convite à participação, procedimentos de entrevista, compilação do *corpus* de análise e procedimentos envolvidos na análise indutiva passam a ser agora explicados na parte II.

**PARTE II - NARRATIVAS EMERGENTES E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS SOBRE
“IDEOLOGIA DE GÊNERO” E IGUALDADE DE GÊNERO POR ATIVISTAS, ACADÊMICAS/OS E
POPULAÇÃO EM GERAL**

Capítulo 4 – Desenho de pesquisa e opções metodológicas

Para alcançar os objetivos desta pesquisa foi realizada uma investigação qualitativa, visando uma compreensão aprofundada dos discursos ou narrativas produzidos/as sobre o tema da “ideologia de gênero”. Os métodos utilizados foram a análise categorial de entrevistas semiestruturadas realizadas a atores/atrizes sociais que representassem os conhecimentos ativista, científico e leigo, além de vídeos que traziam no título ou na *tag* o termo “ideologia de gênero” – disponíveis no Youtube, ampliando o conteúdo colhido nas entrevistas. Este formato foi adequado para explorar os discursos, aprofundando no entendimento de como as pessoas entrevistadas percebem o fenômeno em Portugal, oferecendo flexibilidade de expressão e de condução da entrevista quanto às perguntas feitas e ordem das mesmas, ao mesmo tempo que havia certo direcionamento através das questões propostas, tentando assegurar a comparabilidade entre narrativas produzidas por diferentes sujeitos.

A compreensão dos significados dados ao termo foi procurada a partir de perspectivas de diferentes atores/atrizes sociais: sobre conhecimento dos pontos de vista de outro/a(s); usado as visões de outro/a(s) atores/atrizes sociais ou teóricas/os distorcendo-as, inclusive, com um propósito racionalmente orientado e; a possibilidade de já ter empreendido um processo de projeção dos efeitos gerados pelas suas narrativas. Por exemplo, algumas das pessoas entrevistadas referenciavam conceitos, livros, pensadoras/es dos estudos de gênero e feministas imprimindo significados estranhos aos que circulam nestes campos, anunciando, como aprofundaremos mais nesta pesquisa, um pânico moral.

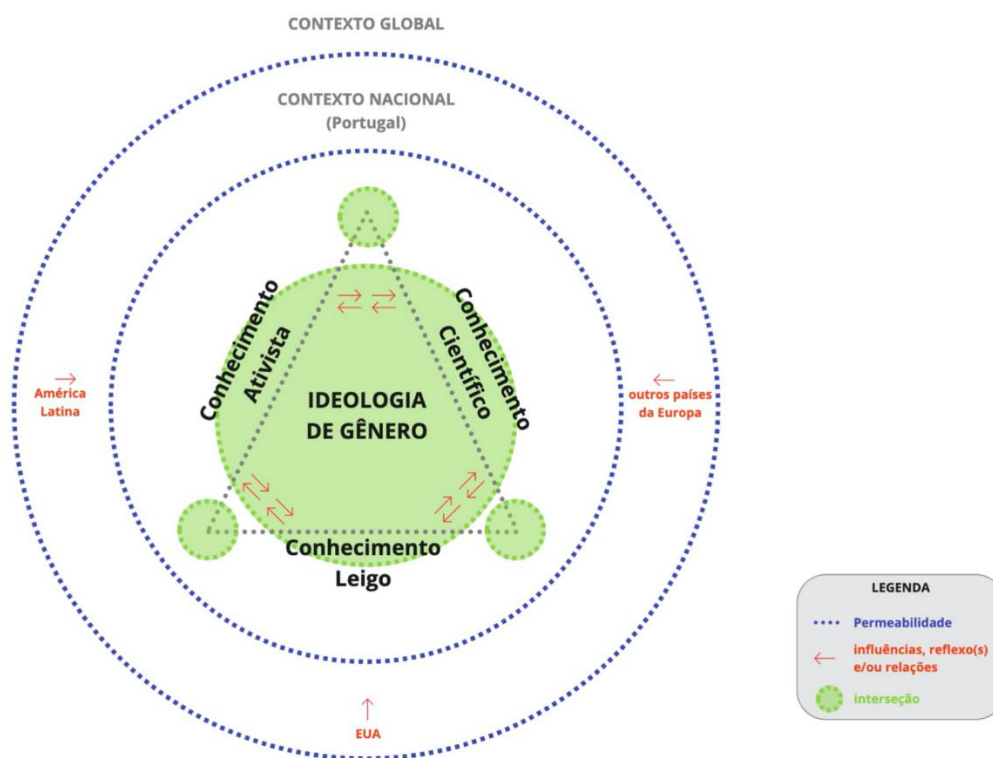
A pluralidade de atores e as premissas de construção dinâmica das sociedades e do conhecimento sugerem a opção pela compreensão dos significados produzidos e expressos através das narrativas de diferentes atores/atrizes sociais ligados, direta ou indiretamente, como representado no centro da figura 1: 1) ao ativismo, nomeado neste trabalho como “Conhecimento ativista”, se caracterizando por ser um conhecimento empírico, um sistema aberto que possui controle menos rigoroso que da academia (cujo rigor conceitual faz parte do conhecimento científico), com mais possibilidade de se materializar ou concretizar, de mobilizar pessoas e interesses e mais dinâmico, pressupondo-se, também, mais permeável a

outros discursos, adotando-os ou adequando-os mais rapidamente do que o conhecimento científico, embora, em comum com este, se admita a existência de pensamento crítico neste processo de adoção ou adequação de outros discursos; 2) o “Conhecimento científico”, produzido na academia, que possui um contexto social mais fechado, mais controlado e rigoroso, por exemplo, com remissão a fontes científicas antecedentes, de acesso mais restrito, com um processo de construção de conhecimento verificado por pares, portanto, mais lento e também com mais obstáculos na disseminação; e 3) o “Conhecimento leigo”, que se dá pela perspectiva do senso comum, da população em geral, não estando obrigado a se orientar através de referências epistemológicas, como o conhecimento científico e não necessariamente se posicionando através da ação política organizada, contudo, sendo influenciado quer pela academia, quer pelo ativismo, assim como estes também são influenciados pelo conhecimento leigo. Os/as participantes das entrevistas identificaram-se como pertencentes a cada um dos três perfis ou das quatro possíveis interseções entre eles.

Estas dimensões do conhecimento, que se interpenetram, vão emergindo num contexto nacional que, por sua vez, está inserido num contexto global (mundial). Em relação ao objeto de estudo, os sentidos dados ao termo “ideologia de gênero” recebem influências, principalmente, de países da América Latina (com destaque para o Brasil), Estados Unidos e países europeus.

Estas influências, que não são alheias à pergunta de partida, estão representadas no modelo de análise através de uma linha tracejada, isto é, não contínua nem fechada, representando a permeabilidade às influências externas e à transformação constante dos significados, num processo em que é desafiador identificar, rigorosamente, os principais agentes de influência externa, o peso ou dimensão da sua influência e o momento ou período em que a mesma é exercida. Os estudos exploratórios mostraram que o interesse das pessoas em falar sobre “ideologia de gênero” não se revela apenas quando o termo é nominalmente citado, pois, como já foi exposto, outros assuntos são agregados (feminismos, transexualidade, educação sexual nas escolas, direitos das mulheres, direitos LGBTI+ etc). Contudo, como ponto de partida, precisamos adotar o verbete para servir como linha dorsal para as entrevistas. Foi, então, a partir deste modelo de análise que os sentidos para “ideologia de gênero” foram pesquisados.

Figura 1: Modelo de análise



Foram realizadas 29 entrevistas (28 de forma *online* e uma presencial) no período de outubro de 2020 a abril de 2021, através da plataforma *Zoom*, com exceção de duas que, a pedido das/os entrevistadas/as aconteceram, uma pela plataforma *Microsoft Teams* e outra de forma presencial. À todas as pessoas foi garantido o anonimato e solicitada autorização para a gravação da conversa que começava sempre com a leitura do cabeçalho antes de iniciar o registro, onde se menciona o pedido para gravar. A autorização foi dada verbalmente e o material possui três *backups*. As entrevistas duraram, em média, 51 minutos, sendo que a mais curta foi realizada em 24 minutos e a mais longa em 1h43 minutos (coincidindo com a entrevista realizada presencialmente).

No processo de seleção dos/as sujeitos/as para integrarem a amostra, a escolha de ativistas foi feita a partir de suas vinculações com ONGs, partidos políticos, coletivos e/ou movimentos organizados que mencionam questões de gênero/igualdade de gênero/ideologia de gênero em seus estatutos/manifestos e/ou instituições que tenham dado evidências públicas de que este é um tema importante e mobilizador para si – num processo de

amostragem intencional ou de julgamento. Este processo de seleção foi complementado por um método de amostragem por bola de neve (Guerra, 2006), acrescentando-se à amostra outros sujeitos indicados pelas pessoas que iam sendo entrevistadas. A seleção de acadêmicas/os na área científica dos estudos de gênero foi feita a partir de suas produções a respeito e também por indicações de seus pares, também de acordo com um processo de amostragem intencional complementado com um processo de amostragem em bola de neve. Por sua vez, as pessoas que representam o conhecimento leigo foram convidadas para uma entrevista a partir dos seus comentários públicos a respeito do tema na rede social *Facebook* em posts¹⁰ relacionados ao verbete “ideologia de gênero”. Neste caso, a identificação das pessoas foi realizada através do mapeamento dos comentários nas postagens das matérias mais acessadas sobre o tema do *Jornal Público* e *Diário de Notícias* no *Facebook*. Esta opção justifica-se por serem estes, dois dos cinco jornais, considerados da imprensa tradicional que possuem versões online, que mais são acessados em Portugal¹¹ e a seleção do *Facebook* por ser a rede mais utilizada no país (73,2% de portuguesas/es que usam a internet preferem esta rede social)¹², além de permitir a interação das/os usuários com as matérias anunciadas.

A busca de sujeitos para convidar foi efetuada no *Facebook* através das postagens sobre “ideologia de gênero” publicadas entre 2018 e 2020, sendo selecionadas as três notícias com mais engajamento - o que pode ser mensurado a partir das interações do *post* considerando a quantidade de “reações” (através das opções de reação da rede social, comentários e interações aos comentários). A partir daí, foi aplicado o filtro de “comentários mais relevantes” e as pessoas foram convidadas, por ordem de engajamento, para uma conversa. Diante da ausência de resposta ou retorno negativo, a pessoa seguinte era convidada – o que se assemelha à substituição de um sujeito num processo de amostragem, admitindo-se que a falta de resposta significaria recusa ou desinteresse em participar. O contato foi feito por mensagem direta para a pessoa no *Facebook* (Messenger) através do seguinte texto: “Boa tarde, sr/sra xxxx. Me chamo Gabriella e estou realizando uma pesquisa

¹⁰ Os termos *postagem* e *post* se referem a um comentário efetuado por uma pessoa com um perfil criado na rede social *Facebook*.

¹¹ Fonte: Digital News Report Portugal 2021, por OberCom (Observatório da Comunicação) e Reuters Institute for the Study of Journalism https://obercom.pt/wp-content/uploads/2021/06/DNR_PT_2021_final.pdf. Acesso em 10 set 2021.

¹² idem

sobre ideologia de gênero em Portugal. Lhe encontrei através do seu comentário em um *post* do Jornal Público/Diário de Notícias sobre o tema e gostaria de conhecer mais sua opinião (link do *post*). Por esta razão, lhe convido para uma conversa online de aproximadamente 30 minutos em horário e dia a vossa escolha (preferencialmente até dia x). Se estiver disponível, por favor, me retorne esta mensagem para combinarmos. Obrigada por sua atenção.”

Das 31 pessoas contactadas, 27 não chegaram a visualizar a mensagem. Apesar de quatro contatos terem resultado a partir desta busca, sendo que apenas dois se disponibilizaram para entrevista, notamos que este foi um dificultador para o acesso a estas fontes. Outra forma adotada para acessar pessoas que potencialmente se reconheceriam a partir do “conhecimento leigo” para os fins desta pesquisa, foi a publicação de um pedido nas redes sociais da pesquisadora. Obtivemos oito retornos com este processo, resultando em três entrevistas.

Apesar de os procedimentos para aceder aos atores/atrizes sociais, de certa forma, indicarem uma classificação prévia identificando-os com a produção de conhecimento numa das três dimensões, a inclusão das/dos entrevistadas/os em cada um dos grupos mencionados se deu a partir da nomeação da própria pessoa, por identificação com alguma das dimensões de conhecimento – em pergunta específica sobre seu perfil, onde lhes foi nomeada três categorias de resposta e suas interseções – resultando em seis possibilidades de classificação¹³: 1) Conhecimento ativista, 2) Conhecimento científico, 3) Conhecimento leigo, 4) Interseção: científico/ativista, 5) Interseção: ativista/leigo, 6) Interseção: ativista/científico/leigo.

Assim, a classificação foi dada pela pessoa entrevistada – o que se revelou produtivo – pois durante as entrevistas percebemos que as pessoas veem seus perfis de forma mais complexa e dinâmica do que a investigadora, surgindo, por exemplo, a autotransclassificação de uma mulher LGBTI+, que faz parte de organizações e coletivos, portanto, poderia ser

¹³ Pergunta 6 do Roteiro de Entrevista (Anexo I) onde esta questão foi apresentada. O “Conhecimento leigo” foi nomeado no roteiro como “População em geral”, representando, nesta pesquisa, este perfil. Justifica-se esta escolha pelo fato de “leigo”, ainda que usual no senso comum, poder ser interpretado a partir de uma valoração inferior por parte da/o entrevistada/o. De igual modo e para atingir uma linguagem acessível, o “Conhecimento científico” foi nomeado como “acadêmico” e o “Conhecimento empírico” como “ativista”.

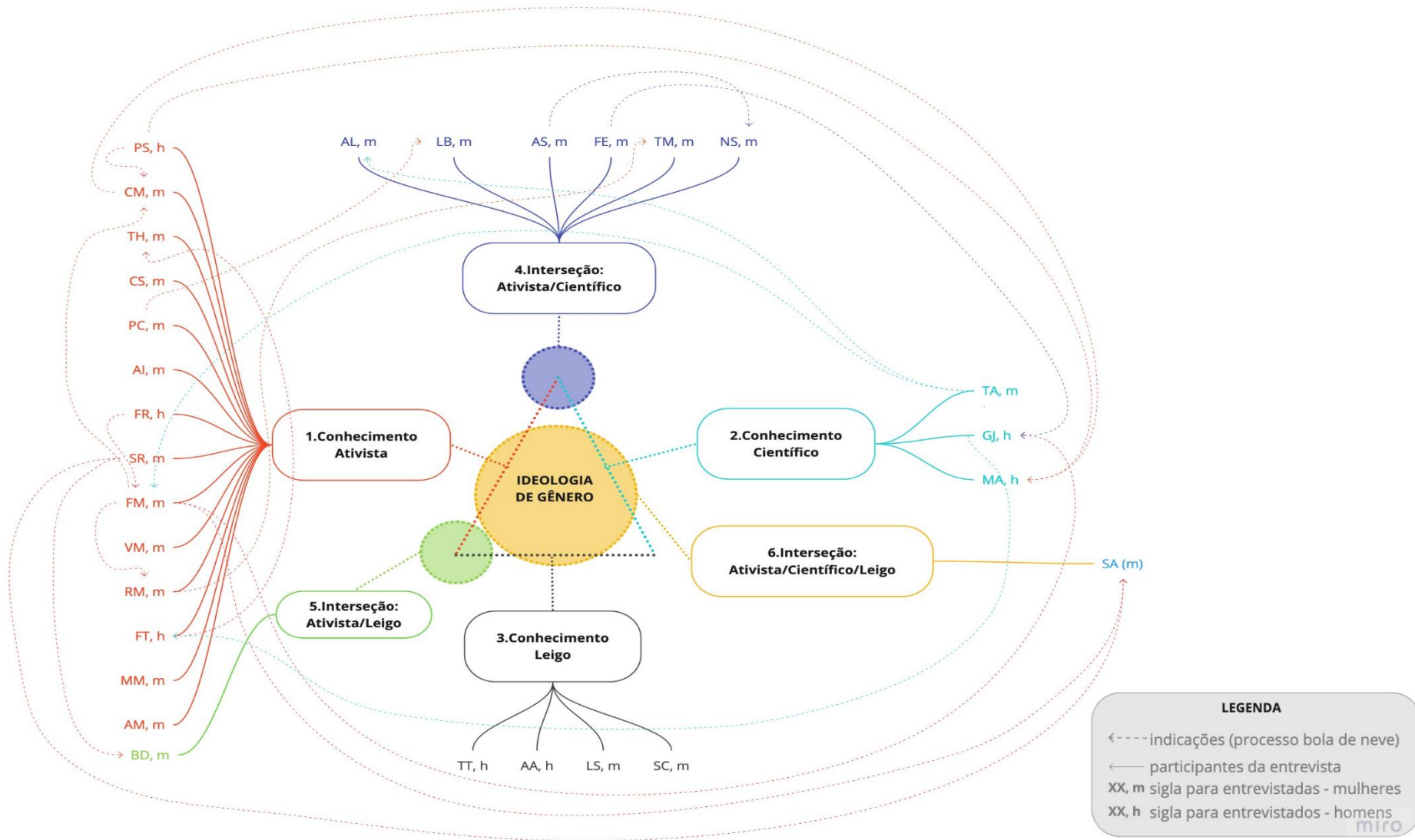
identificada pela pesquisadora como “ativista”, mas que se vê na interseção entre os três perfis. Ela atua constantemente em grupos ativistas e realiza estudos relacionados às temáticas de Gênero e se percebe como “população em geral” quando está numa roda de amigas/os conversando sobre o tema informalmente e não recorre às/aos teóricas/os de forma nominal para explicar suas ideias. Outro exemplo foi de um entrevistado que, se nomeando como conservador, também seria classificado pela pesquisadora como “ativista” por causa de sua atuação em grupos político-partidários, participação em debates televisivos e presença em colunas de opinião sobre “ideologia de gênero”, contudo, por sua formação acadêmica e atuação profissional, se reconheceu no perfil do “Conhecimento científico”. Também percebemos que a maior parte das/os que foram contatadas/os para a entrevista como acadêmicas/os se classificaram na interseção entre os conhecimentos científico e ativista. Apesar de este aspecto não ser aprofundado neste estudo, em que é usado apenas para caracterizar os sujeitos de pesquisa, é interessante, podendo constituir objeto de outro estudo, específico.

Participaram das entrevistas homens e mulheres cisgênero e transgênero, que integram organizações e movimentos sociais de reivindicações dos direitos LGBTI+, direitos das mulheres, coletivos feministas, dentre os quais alguns que privilegiam as questões raciais, deputados/as da Assembleia da República, assessoras/es políticas/os, escritoras/es de livros – científicos e não acadêmicos – sobre temáticas de gênero, pessoas que participam de movimentos que se intitulam conservadores, pesquisadoras/es no tema dos estudos de gênero, professoras/es universitárias/os, membros de associações e outras organizações da sociedade civil, incluindo as ligadas às questões de migração e pessoas que não participam de nenhuma organização que pautas as questões de gênero, mas se interessam pelo tema. Participaram vinte e duas mulheres e sete homens, residentes, principalmente, nos concelhos de Lisboa e Porto, a maior parte é de nacionalidade portuguesa, sendo três brasileiras.

Como o anonimato é garantido, se suprime o nome e outras características sociodemográficas das pessoas que participaram das entrevistas, quer ao longo da apresentação de dados e da discussão de resultados, quer na figura seguinte (Figura 2) através da qual se organiza a autotranscrição dos perfis das/os entrevistadas/os. O cronograma está apresentado no Anexo II. Em alternativa, às entrevistas foram atribuídas duas letras e cada

entrevistada/o é identificada/o por esta sigla, sexo ou identidade de gênero e com a identificação a qual perfil se auto classificou. Este sistema de identificação é usado nos excertos das entrevistas usados na apresentação dos dados e na análise dos resultados.

Figura 2: Entrevistadas/os por perfil e indicações realizadas



Para problematizar o regime de verdades produzido e reafirmado a partir dos discursos de movimentos antigênero no país e assim cumprir com o primeiro objetivo específico apresentado, optamos por expor os principais argumentos apresentados nas entrevistas e nas redes sociais dos grupos encontrados, a partir das referências teóricas já citadas e também utilizando o método de análise apresentado; a sistematização dos modos de operações gerais da ideologia e suas estratégias de construção simbólica (Thompson, 1995) e; a partir de categorizações presente no artigo científico que apresenta diretrizes analíticas advindas da investigação sobre a “ideologia de gênero” onde significados ou sentidos deste termo foram estudados (Silva, 2018), gerando análises temáticas das categorias recorrendo à grelha analítica testadas em outras observações.

Considerando o número de entrevistas realizadas, a riqueza dos dados obtidos e por o tema de estudo ser pouco analisado numa perspectiva de gênero, em Portugal, descrevemos as fases de tratamento dos dados com pormenor: primeiramente, as entrevistas foram ouvidas cerca de duas vezes cada uma e foram registrados, numa grade, os significados dados ao termo “ideologia de gênero” pelos/as atores/atrizes sociais.

O conteúdo das entrevistas nos sinalizava categorias de análise, surgindo novas temáticas (descritivas) e problemáticas (interpretações sobre o fenómeno) (Guerra, 2006). Nesta fase, fez-nos sentido optar pela análise categorial que “consiste na identificação das unidades pertinentes que influenciam determinado fenómeno em estudo ‘reduzindo o espaço de atributos’ de forma a sacar apenas as variáveis explicativas pertinentes” (Guerra, 2006, p. 80), permitindo que as próprias entrevistas revelem novas categorias. A partir desta escolha analítica, as entrevistas foram transcritas para se estabelecer, num processo analítico mais pormenorizado, as categorias e subcategorias que apresentamos a seguir. Tendo conhecimento de que as categorias de análise temática devem remeter para um tema (Bardin, 1977), as entrevistas, pela complexidade do objeto e por sua riqueza, nem sempre permitem a separação clara entre temas. A objetividade procurada num quadro positivista nem sempre é possível na Sociologia compreensiva. Assim, sempre que um excerto do discurso ou narrativa remeter para diferentes temas, este será usado para os ilustrar – ainda que a exclusividade entre categorias nem sempre seja absolutamente possível.

Capítulo 5 – Apresentação de resultados

5.1 Análise de resultados

De acordo com o que se previa e que foi representado no modelo de análise, os dados sugerem que o ativismo referente às questões de gênero em Portugal está consideravelmente informado pelo conhecimento produzido e disseminado pela academia, reconhecendo essa interseção como essencial para mudanças sociais, onde esta confere ao ativismo credibilidade e sustentação teórica para algumas das transformações almejadas. A proximidade entre ativismo e academia relativa às questões de gênero também se revelam, considerando que as pessoas que se reviram no perfil 2) Conhecimento científico, transitam nos espaços ativistas e político-partidários e foi comum a narrativa das que se identificaram como ativistas (perfil 1) fazerem parte de grupos de pesquisa ou discussão que conversam sobre estes temas a partir de referenciais teóricos comuns à academia, como revela NS, m (perfil 4-Interseção: científico/ativista):

Muitas das pessoas que eu conheço nesta área, que estão na academia estão ligadas ao ativismo, direta ou indiretamente (...) eu também digo muitas vezes, em jeito de brincadeira, aos meus alunos e às minhas alunas, “se vocês me virem na rua com um megafone, não estranhem, está bem? (...)”, porque já aconteceu, não é? De alguns alunos e alunas verem-me, e depois chegarem à sala e dizer “ó professora desculpe, tenho uma pergunta para lhe fazer: não era a professora que estava ali no sábado ou no domingo?”, e eu disse “por acaso, era”, porque são imagens que não são compatíveis, não é? (NS, m / perfil 4-Interseção: científico/ativista)

De forma explícita (autodeclaração) ou a propósito de posicionamentos (por exemplo, ser contrária/o à educação sexual nas escolas, nomeando como “ideologia de gênero”), discursos conservadores estiveram presentes nos três perfis e os dados indicam que os significados atribuídos ao termo para pessoas conservadoras são bastantes distintos – por vezes opostos – aos sentidos dados pelas que não mencionaram ter este posicionamento.

A ideologia de gênero é... quer dizer, no fundo isto é uma visão ideológica que se chama hoje, há quem chama marxismo cultural ou uma visão neomarxista da sociedade. Quer dizer, a construção do homem novo. Portanto, a questão da ideologia de gênero, ou a questão dos gêneros ou do gênero, está (imbuído?) numa ideologia que é mais vasta. Essa forma de moldar, de manipular, de criar, de obrigar as pessoas a viver de um determinado modo não se aplica só à questão do gênero ou da orientação sexual, ou da identidade sexual. Não. Aplica-se a várias áreas da sociedade. À cultura, não é? Esta questão do desconstruir... como é que eles chamam isto? A desconstrução, descolonizar a sociedade, a cultura, manda-se as estátuas

abaixo. Está a ver? Tudo isto, isto faz parte de uma ideologia. De uma forma, isto está tudo programado, está escrito, isto é um programa. E por isso é que quem escolhe (estas?) coisas são os partidos, digamos, da esquerda, não é? (...) Bloco de Esquerda, o PAN, a Iniciativa Liberal. No fundo, o PCP em parte, mas não tanto, que o PCP é um partido profundamente conservador. Mas isto é o novo movimento, é uma corrente nova [imperceptível] racismo, quer dizer, isto tem a ver com tudo, percebe? Isto é uma coisa que é... e que se você for ver os players, os atores destas coisas em Portugal (...) são os mesmos. Mas a ideologia de gênero é uma coisa altamente preserva, porque afeta, quer dizer, parte de pessoas que são residuais e marginais na população humana. Esta questão surge primeiro com a homossexualidade, depois com os transsexuais e depois daí é expandida, não é? É expandida para as escolas e para a imprensa como cada um é o que é, nós somos Deus e Deus [imperceptível]. (MA, h / perfil 2-conhecimento científico)

Os dados também permitem perceber diferença nas produções de sentidos para o termo principalmente em relação ao perfil 3) Conhecimento leigo, permitindo assim, o cumprimento do terceiro objetivo específico, o de identificar algumas das influências sobre a construção do assim chamado conhecimento leigo que, como já dito, forma-se majoritariamente a partir de bases muito diversas dos conhecimentos ativista e científico e em menor diálogo com esses do que o identificado entre os próprios.

Neste sentido, nos casos dos sujeitos que se posicionam neste perfil as referências às origens dos conhecimentos são menos efetuadas em relação aos saberes produzidos pelo ativismo e ainda menos pela academia. Em alguns casos, de modo muito relevante sociologicamente, os sentidos atribuídos ao termo se mostram discrepantes quando as pessoas estão afastadas do conhecimento científico e/ou do empírico (predominante no ativismo) para observar as desigualdades de gênero. Por exemplo, uma das pessoas entrevistadas – que se auto classifica no perfil 3) Conhecimento leigo – afirma não haver discriminação contra a população LGBTI+ em Portugal, revelando desconhecimento de fatos e sugerindo uma interpretação irrealista das dinâmicas sociais, além de dar um sentido de perigo à “ideologia de gênero”. A falta de informação ou a desinformação, por um lado, e a construção de conhecimento assente sobre esse desconhecimento, dando lugar a uma interpretação irreal da sociedade e das suas dinâmicas, fica evidente quando a pessoa entrevistada compartilha que à época dos debates do casamento igualitário¹⁴ no país “houve

¹⁴ Se refere ao Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo decretado em 2010 pela Assembleia da República através da Lei 9/2010. Disponível em https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/73719181/201704021015/diploma?LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice. Acesso em 21 jun 2021.

aprovação sem resistência da sociedade” (AA, h / perfil 3-Conhecimento leigo), ao contrário do que relatam ativistas entrevistados/as nesta pesquisa e que participaram das reivindicações em torno desta questão.

Contudo, quase a totalidade das pessoas deste perfil aborda os temas que o sintagma “ideologia de gênero” comumente abrange sem, necessariamente nomeá-los como “ideologia de gênero”, ou seja, expressam opiniões sobre feminismo, direitos LGBTI+ e das mulheres, política, conservadorismo, percebem haver movimentos e discursos antigênero ou “pró gênero” etc, muitas vezes não verbalizando o termo. Outra característica marcante deste perfil foi que não se mencionou a criação do termo “ideologia de gênero” pela Igreja Católica, como foi comum nas outras duas dimensões (ativista e científica).

Os dados sustentam a formulação de uma hipótese que se vai definindo: provavelmente existe uma distância entre as informações disponíveis e mobilizadas pelas pessoas distribuídas entre perfis 1) Conhecimento ativista, 2) Conhecimento científico 3) Conhecimento leigo no que se refere às questões de gênero, especificamente sobre “ideologia de gênero”. Porém, esta hipótese tem de ser complementada com outra que, contraria um dos pressupostos assumidos neste estudo, o da influência recíproca entre as dimensões de conhecimento distinguidas e identificadas com sujeitos distintos. A hipótese, então, que importa aprofundar noutros estudos é a de que a influência recíproca ocorre entre conhecimento científico e empírico, mas é consideravelmente menor entre estes e conhecimento leigo. Esta hipótese, a confirmar-se, revela uma certa impermeabilidade dos discursos ou narrativas e também das ações daquelas formas (ou dimensões) de conhecimento. O conhecimento de senso-comum aparentemente é alicerçado em fatores de ordem diferentes dos que embasam os outros dois conhecimentos, no que concerne à interpretação das desigualdades de gênero e à definição do conceito de “ideologia de gênero”.

O distanciamento entre o que se produz nos estudos de gênero referente às discussões sobre estes temas e as pessoas comuns parece permitir concluir que estas são pautadas mais pelos veículos de mídia (jornais, programas de televisão, artigos de opinião, redes sociais etc) do que pelos estudos nas áreas afins. Além disto, como as premissas dos discursos

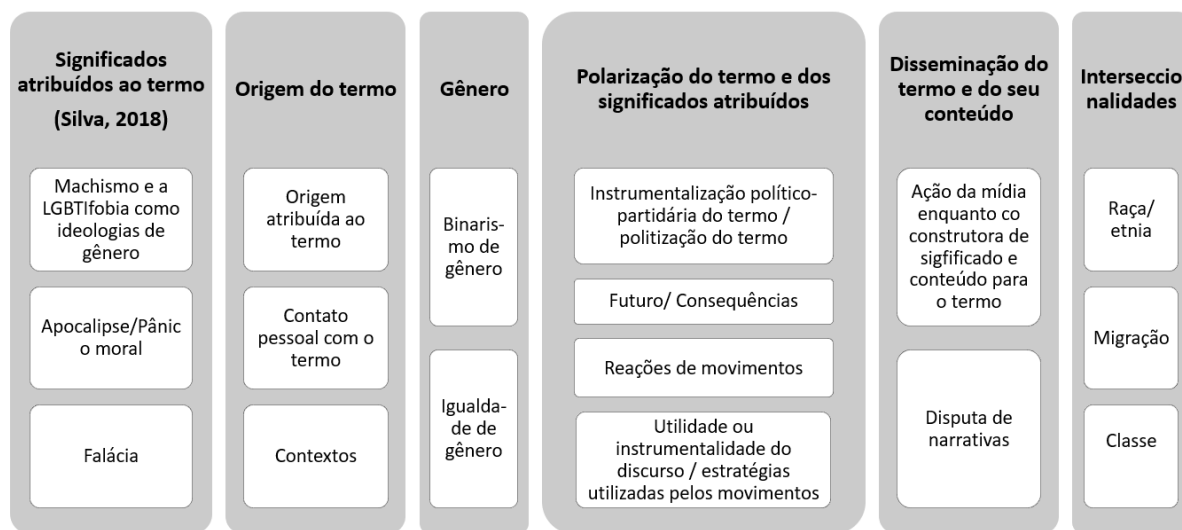
conservadores são as normativas e hegemônicas, estas são mais simplificadas e de fácil acesso do que a perspectiva, por exemplo, de que o gênero é uma construção social.

5.2 Categorias de análise

A partir da análise das entrevistas, que considerou atores/atrizes sociais representantes de três dimensões do conhecimento – 1) ativista, 2) científico, 3) leigo e suas interseções – passamos a analisar os discursos recolhidos sobre os significados de “ideologia de gênero” para esses atores/atrizes a partir de categorias e subcategorias, conforme exposto no quadro abaixo.

Quadro 2: Categorias e subcategorias de análise

CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE DOS SIGNIFICADOS DE IDEOLOGIA DE GÊNERO EM PORTUGAL PARA ATORES SOCIAIS QUE REPRESENTAM TRÊS DIMENSÕES DO CONHECIMENTO: ATIVISTA, CIENTÍFICO E LEIGO



Como primeira categoria de análise, basilar para a pesquisa proposta, analisamos os principais significados atribuídos à “ideologia de gênero” nas entrevistas realizadas, optando-se por categorizá-los a partir dos resultados encontrados por Silva (2018) quando, ao analisar a expressão “ideologia de gênero” através de artigos científicos, percebeu que foram assumidos, pelo menos, três significados gerais: a) o Machismo e a LGBTifobia como ideologias de gênero, ou seja, “ideologia de gênero” como o conjunto de arcabouços e tecnologias políticas que estabelece a cis heteronormatividade compulsória como modelo universalmente

desejável, natural e legítimo de ser imposto, exigido e controlado; b) “ideologia de gênero” como um prelúdio do apocalipse moral – onde convocamos o conceito de pânico moral (Cohen, 1972; Rubin, 2003), nesse caso “ideologia de gênero” representando um suposto plano de grupos nomeados de forma generalista como “esquerdistas”, “feministas”, “transexuais” etc, plano este cujo objetivo seria acabar com uma série de estruturas nomeadas como, por exemplo, “a família”, “os valores”, “a moral”, “Deus”, conceitos normalmente apresentados como completos em si - não “uma família”, “uma moral”, uma forma de representação e relação com o divino, e sim a partir de artigos definidos que estabelecem a noção de universalidade e naturalidade do símbolo que se segue; e c) “ideologia de Gênero” como uma falácia, entendido aqui como uma distorção de enunciados e reivindicações feministas e dos movimentos LGBTI+. Com a análise das significações construídas nas narrativas colhidas, percebeu-se que esses resultados se repetiram em todas as dimensões do conhecimento analisadas, ou seja, embora haja pessoalidade em cada narrativa significadora de um tema, as categorias encontradas por Silva (2018) na análise de artigos científicos também se mostraram representativas para a categorização dos discursos de pessoas entrevistadas que se auto classificaram como representantes também de um conhecimento ativista ou leigo.

Para aprofundarmos na análise a partir dessa categoria e subcategorias, analisemos abaixo algumas citações encontradas nas entrevistas realizadas. Fizemos um esforço para isolar as categoria e subcategorias mutuamente (Bardin, 1977), garantindo que, apesar de poderem se relacionar, estas permaneçam exclusivas. Contudo, alguns exemplos aos quais nos referimos em cada subcategoria pode ilustrar também outras.

Quadro 3: Citações na categoria “Significados atribuídos ao termo” e suas subcategorias

CITAÇÕES DAS/OS ENTREVISTADOS NESTA CATEGORIA E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE

Significados atribuídos ao termo (Silva, 2018)	
<p>Machismo e a LGBTfobia como ideologias de gênero (termo cunhado nas Ciências Sociais)</p> <p>“O termo ‘Ideologia de gênero’, digamos que é apropriado pelo senso comum, pelo discurso do senso comum há relativamente pouco tempo, digamos. Não é na altura em que se começa a estudar as questões de gênero e que, no âmbito das ciências sociais, se insere as questões de gênero numa forma de pensar o mundo, ou, portanto, numa ideologia, que é um conceito com um estatuto de conceito de fato nas Ciências Sociais e Humanas. Mas, quando a ideologia de gênero, nas suas várias manifestações estereotípicas, de representações, de definições, de papéis e normas de comportamento, etc., se refletia no comportamento das pessoas e no seu quotidiano, as pessoas não utilizavam nessa altura, quando se começou a conhecer, digamos, a ideologia de gênero nos seus componentes e nos seus impactos, não utilizavam o termo ‘ideologia’” (AL, m / perfil 4-científico/ativista)</p> <p>“(…) mas a ideologia de gênero era um termo utilizado pelas ciências sociais para definir um conjunto de estruturas, de sistemas sociais, culturais que eram reproduzidos em instâncias como a escola, a família e que sustentavam de alguma forma a ideia uma visão binária e restrita do que é que deve ser um homem, do que é que deve ser uma mulher, não é?” (FT, h / perfil 1-conhecimento ativista)</p>	<p>Apocalipse/Pânico moral</p> <p>“Para mim, Ideologia de gênero é um conjunto de ideias e de propostas anticientíficas, com propósitos políticos totalitários, extirpam até a dualidade humana da sua natureza e da sua biologia, tentando explicar apenas pela cultura. Sexualmente Ideologia de gênero alega que fomos construídos pelo que nos rodeia e somos chamados a desconstruirmos. E eu pergunto: tantos milhares, milhões de anos e ‘tava tudo errado até hoje? Ou até o século XIX, XX? É, então, uma proposta de desconstrução social” (CH, m / perfil 1-conhecimento ativista)</p> <p>(…) tudo o que é ideologia me assusta. Portanto, quando ouço falar em ideologia eu acabo por tremer. Nós já sofremos muito a custa de ideologias. Seja de gênero, seja contra o gênero. (...) tudo o que é ideologia chega-me como doutrinação.” (AA, h / perfil 3-conhecimento leigo)</p>
<p>Falácia</p> <p>“Pra começar, eu acho que ‘Ideologia de gênero’ é uma mentira. Na verdade, é um posicionamento de pessoas preconceituosas, das pessoas que são ignorantes... Na verdade eu não acredito que exista ‘Ideologia de gênero’... é um discurso... bom... Sem fundamento nenhum” (SC, m / perfil 3-conhecimento leigo)</p> <p>“(…) extirpam até a dualidade humana da sua natureza e da sua biologia, tentando explicar apenas pela cultura.” (CH, m / perfil 1-conhecimento ativista)</p> <p>“(…) Este movimento de, que é organizado, sobretudo a nível internacional, mas que também tem algumas ramificações cá de descredibilizar as propostas e de fazer uma caricatura, por vezes também até de utilizar algumas informações erradas acerca do que são as preocupações e necessidades da população LGBTQ+, tem impacto porque torna-se mais difícil explicar que é uma área de trabalho com preocupações reais, com problemas concretos, não é?” (FR, h / perfil 1-conhecimento ativista)</p>	

Iniciemos pela significação de “ideologia de gênero” como cis heteronormatividade compulsória, significado atribuído pelos estudos de gênero e pelos movimentos sociais. Nesse sentido, temos que o gênero não é natural (Lugones, 2008), tampouco a suas construções hierárquicas e binarismos, portanto como uma forma de nomear a estrutura que sustenta essa falsa naturalidade, cunha-se este termo nas ciências sociais.

As falas demonstram, como exposto anteriormente nesta pesquisa, que o primeiro significado em uma cronologia histórica do termo é diametralmente oposta a que depois é atribuída hegemonicamente (fora dos espaços onde ele foi inicialmente pensado) a ele, ou seja, “ideologia de gênero” deixa de ser uma forma de nomear a estrutura para um termo que frequentemente passa a referir à reação a essa estrutura (Miskolci & Campana, 2017).

Como representativa da significação da “ideologia de gênero” enquanto “pânico moral”, encontrada nos discursos conservadores presentes nos três perfis analisados, a citação exposta no quadro 3 revela a sensação de perigo e ameaça sentida diante do questionamento estrutural realizado pelos movimentos sociais e pelos estudos de gênero. Marcadamente, a interpretação é que “ideologia de gênero” é uma ameaça à ordem, como evidencia a seguinte fala:

Para mim, ideologia de gênero é o derradeiro crime da percepção humana e do bom senso que obriga a cada pessoa a ver não aquilo que ela vê, mas aquilo que os outros e o Estado querem que ela veja. (entrevista CH, m / perfil 1-Conhecimento ativista)

Um entrevistado, que também identifica a si mesmo como conservador (entrevista MA, h / perfil 2-Conhecimento científico), referiu-se à “ideologia de gênero” como “imposição férrea de uma visão” e “uma coisa altamente perversa”, localizando os discursos questionadores do gênero enquanto natural e binário como ameaça para a “maioria da sociedade”.

Esse pânico moral (Cohen, 1972; Rubin, 2003), prelúdio de um “apocalipse moral”, ou seja, do fim dos valores morais que organizam a sociedade e que nessa lógica precisam ser protegidos para o bem de uma suposta maioria, ignora um largo arcabouço teórico e empírico de longa data que demonstra esses “valores” como essencialmente violentos, excludentes e não-representativos para uma grande parcela dessa mesma sociedade que supostamente se está tentando proteger (Preciado, 2019). Muito embora não seja um objetivo desta pesquisa aprofundar-se nas formas de elaboração e exercício dessa violência normativa, uma análise cuidadosa dos significados atribuídos nas entrevistas exige uma mirada atenta para as características e fatores determinantes desses resultados, uma vez que todo o quadro teórico conceitual sobre o qual se constrói sustenta a impossibilidade de encarar tais significações como restritamente pessoais.

Assim sendo, é preciso pensar esses significados entendendo-os como representativos de fenômenos político-sociais complexos, coletivos e estruturais. O pânico moral referido representa uma tecnologia de poder (Foucault, 1980) típica da colonialidade (Quijano, 2000; Lugones, 2014): a inversão da própria violência, ou seja, a atribuição ao “outro” (Lévinas,

1972) de práticas cometidas por si, distanciando a si dos próprios atos e atribuindo também a si o local oposto, de “guardiã/o do bem” (Kilomba, 2019).

Portanto, a presença dessa significação nas entrevistas com pessoas “conservadoras” (autodeclaradas) nas três dimensões do conhecimento analisadas revela-se coerente com trabalhos realizados nas últimas décadas dedicados a analisar os processos de construção de verdade, semiotização e significação coletiva de símbolos e valores, assim como as ideologias podem, a partir de suas construções simbólicas, manterem relações de dominação (Thompson, 1995), como já comentado.

A significação do termo enquanto falácia apresenta uma consequência de caráter dúplice, que oferece um possível caminho de aprofundamento na compreensão das dinâmicas sociais envolvidas na “ideologia de gênero”: por um lado, ocorre na versão primeira identificada, como um complemento da ideia de “apocalipse” moral, solidificando a “ideologia de gênero” como um “mal capaz de destruir a sociedade”, há, por outro lado, a tentativa de esvaziamento do discurso e dos estudos de gênero como campo científico, remetendo estas discussões para afiliações opinativas e retirando seus estatutos conceituais que, embora apresente pressupostos e pensadoras/es dos movimentos feministas e LGBTQI+, o fazem de formas parciais ou retiradas de contexto.

Podemos, portanto, pensar que “ideologia de gênero” é um termo ainda mais complexo e essencial de ser compreendido com profundidade do que já inicialmente se revelava, já que parece sofrer constantes deslocções semióticas que em alguma linha de fuga se equalizam (Deleuze, 1968; Virilio, 2015). Estas dinâmicas parecem nos convidar a debates mais aprofundados sobre as possibilidades de diferença semiótica de um mesmo termo conforme se modificam os lugares de locução e elaboração do mesmo, indicando características essenciais dos processos de semiotização.

Quadro 4: Citações na categoria “Origem do termo” e suas subcategorias

CITAÇÕES DAS/OS ENTREVISTADOS NESTA CATEGORIA E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE	
Origem do termo	
<p>Origem atribuída ao termo (em termos sociais ou coletivos)</p> <p>“Ora, eu, quando penso em ideologia de gênero, aí é difícil eu não pensar isso a partir daquilo que sei sobre a origem do termo, que é um termo que surgiu na Igreja Católica, que depois se expandiu para certos grupos religiosos e que tinha... e que data, se não estou em erro... é isso que eu não tive tempo de verificar e gostaria de o ter feito.”</p> <p>(AS, m / perfil 4-científico/ativista)</p>	<p>Contato pessoal com o termo</p> <p>1) Como: através de quais contextos? 2) Quando: ocasião/momento (temporalidade)</p> <p>“Eu acho que para aí há 3/4 anos, se calhar. Não sei. Mais ou menos. Eu não estou... não tenho aqui bem presente. Eu sou muito má para datas. Mas eu acho que começou, essencialmente, com as questões do Brasil, portanto, foi mais ou menos aí.”</p> <p>(FE, m / perfil 4-científico/ativista)</p>
<p>Contextos</p> <p>1) Nacional</p> <p>Marcadores (trechos no corpo do texto)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) nas escolas portuguesas - Discussão pública sobre a Lei da autodeterminação de gênero (Lei n.º 38/2018) <ul style="list-style-type: none"> - Cartazes contra “ideologia de gênero” em mais de 300 escolas do país - Práticas de psicólogas/os que oferecem terapias de “reconversão/reorientação” sexual para pessoas LGBTI+ <ul style="list-style-type: none"> - Pandemia COVID-19 <p>2) Transnacional</p> <p>“aqui não é como a Hungria, também não é como o Brasil” (AA, h / perfil 3-conhecimento leigo)</p> <p>“não me recordo do primeiro momento que eu ouvi falar do termo, mas provavelmente onde achei que tinha uma dimensão verdadeiramente preocupante, ou seja, o contexto em que era discutido talvez foi na influência que teve na eleição do Bolsonaro”</p> <p>(FR, h / perfil 1-conhecimento ativista)</p>	

A partir de uma categoria de “origem do termo”, que em suas subcategorias analisa a origem atribuída ao termo, o contato com o termo e os contextos citados, observamos que as/os entrevistadas/os se referiram à “ideologia de gênero” como um termo/movimento/discurso que foi criado, ou seja, percebem que há um início com intencionalidade. Duas diferenças, contudo, são evidentes: uma se refere à comparação entre pessoas que representam os conhecimentos ativista e científico (e interseções) e as pessoas que representam o leigo. As do primeiro grupo se referem à sua origem como um termo criado pela Igreja Católica/Vaticano como reação aos avanços das mulheres num sentido de maior autonomia do corpo e da conquista de direitos sociais e se amplia com as reivindicações da população LGBTI+, especialmente no âmbito legislativo, o que é interpretado como perigo para a família, revelando, inclusive que o entendimento do que é família é estático e pré

concebido. Contudo, diferente desta percepção e a partir do que nos possibilita a perspectiva Construcionista Social, adotamos a noção de que “família é uma realização discursivamente produzida a partir de processos interacionais” (Martins, McNamee, & Guanaes-Lorenzi, 2015).

Com relação ao contato com o termo, uma das ativistas entrevistadas, quando as reivindicações sobre o casamento igualitário¹⁵ se intensificaram – ela participou ativamente destes debates junto à associação que atuava – aproximadamente em 2006/2007 segundo a entrevistada, os argumentos que se apresentavam contra esta lei eram semelhantes aos de hoje que afirmam que este tipo de legalização “destruiria a família” e que eram coisas da “ideologia de gênero”, marcando, para ela, que este termo já estava presente desde aquele tempo, diferente de como percebem a maior parte das/os entrevistadas/os, que mencionam a aparição do termo de forma mais recente.

As pessoas do segundo grupo citam “termo criado por pessoas que são contra a diversidade”, sem vinculação à uma instituição específica. Outra diferença marcante se dá entre pessoas que se definem como conservadoras e as que não se classificam desta forma. As daquele grupo usam o termo com o sentido dado pela Igreja Católica, referindo-se como “ideologia de gênero” às reivindicações de movimentos feministas e LGBTI+. Quanto ao contato pessoal com o termo, a maior parte das pessoas data de 3-5 anos, por isso, vimos que é um fenômeno recente na percepção das pessoas e que esta aproximação se deu, principalmente, a partir dos veículos de mídia e redes sociais, e também através de vínculos.

Em relação à categoria “Contextos”, percebemos que a “ideologia de gênero” há a compreensão de que os discursos da “ideologia de gênero” são recentes e não surgiram em Portugal, mas se reinventam em território nacional, apresentando características próprias e é sentida como tendo uma chegada tardia em relação a outros países, com uma aparição que surge a partir dos meios de comunicação social. Quase todas/os as/os entrevistadas/os mencionam o fenômeno em contextos de outros países e se referem, principalmente, a episódios políticos específicos que aconteceram no Brasil, Hungria, Estados Unidos, Polônia,

¹⁵ O casamento civil entre pessoas do mesmo sexo é permitido em Portugal desde 2011, passando a ser o 8º país do mundo a reconhecê-lo, através da Lei 09/2010 <https://dre.pt/pesquisa/-/search/332460/details/maximized>. Acesso em 10 mai 2020.

Espanha (em ordem de relevância e frequência de citação). Contudo, notamos que há marcos específicos percebidos no contexto português, sendo dois deles os transversais às entrevistas, a saber: a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) nas escolas portuguesas e a discussão pública sobre a Lei da autodeterminação de gênero.

A ENEC é um plano de intervenção para as escolas portuguesas no ano letivo de 2017/2018, que objetiva que um conjunto de direitos e deveres considerados importantes na formação cidadã de crianças e jovens do país seja trabalhado nas mesmas para que sejam transmitidas “condutas cívicas que privilegiem a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática” (ENEC, 2017, p. 1). De acordo com o Grupo de Trabalho Educação para a Cidadania (GTEC), que elaborou o referido documento, a estratégia está assente num conjunto de compromissos a níveis internacionais (União Europeia, Conselho da Europa, ONU/UNESCO) e nacionais (Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, 2013-2020, Plano Estratégico para as Migrações, 2015-2020, V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014 -2017, entre outros relacionados à prevenção e combate da violência doméstica, de gênero e do tráfico de seres humanos, segurança rodoviária, formação financeira).

Apesar de haver linhas orientadoras diversas que procuram atender à estes objetivos, a ENEC foi reduzida – nos discursos conservadores e dos movimentos que o adotam, como se observa na percepção de um das/os entrevistadas/os – às dimensões da igualdade de gênero e sexualidade, desprezando outras como a promoção do voluntariado, educação ambiental e desenvolvimento sustentável, educação para veículos de comunicação, empreendedorismo e do consumidor, como se identifica na fala de uma das pessoas entrevistadas:

Essa disciplina de Educação para Cidadania nada mais é que ideologia de gênero. Devemos ensinar que existem preservativos, pílulas, ciclo menstrual, passadeiras, código da estrada, código penal, que pessoas não podem matar outras... não é dizer, para um miúdo de oito ou nove anos, que há várias práticas sexuais e mostrá-las, que ser homossexual ou bissexual é tão bom quanto ser heterossexual, que o sexo anal é igual ao vaginal. Isso é perigoso, é prejudicial. A escola ensina, a família educa. A família é quem deve ensinar isso no momento certo, as vivências, os afetos. Isso só traz mal estar na criança (...). Foi votado na Assembleia da República que os alunos em casa [se referindo às aulas dadas virtualmente por causa do contexto da *pandemia*] tem que ter ideologia de gênero. Isto é intromissão do Estado. Tu como

pai, vai dizer isto e isto. Não há base científica para falar sobre gênero. Isso é algo que não existe. (entrevista MA, h / perfil 2- Conhecimento científico)

Os debates acontecem com frequência associando a ENEC ao termo “ideologia de gênero” – como exemplificado no trecho acima – revelando uma compreensão simplificada sobre a proposta desta estratégia educacional, mostrando também outras nuances desta percepção: a de que se forem trabalhadas as questões de expressão de gênero e orientação e identidade sexual nas escolas, crianças seriam influenciadas a mudarem sua sexualidade; a valoração das perspectivas heteronormativas como mais adequadas ou melhores que as não-heteronormativas; a preferência pela perspectiva biológica da educação sexual na escola; a percepção de que escola e família possuem papéis complementares na educação das/os filhas/os, contudo quanto à educação sexual ligada aos afetos, é a família quem tem esta função; a crença de conversas sobre sexualidade ocorrem nas famílias das/os estudantes. Entretanto, acadêmicas/os, ativistas e ativistas-acadêmicas/os envolvidas/os com organizações que promovem ações informativas nas escolas há mais de uma década em Portugal relatam grande dificuldade em se introduzir educação sexual nas escolas e também comentam que há desconhecimento do corpo docente em relação às questões de gênero.

Há uma concordância em torno da percepção de que é ponto pacífico tratar as questões de gênero com enfoque nas relações entre homens e mulheres, igualdade no trabalho, violência doméstica, embora ainda sejam incômodas, por exemplo, as ações afirmativas como as cotas na Assembleia da República. Neste momento, são as questões LGBTI+ as mais sensibilizantes na percepção das/os entrevistadas/os que trouxeram o tema. Evoca-se, neste caso, um discurso religioso, antinatural, restrito à Biologia e com relações falsas e alarmistas, como relacioná-las com a pedofilia, com fortes impactos na opinião pública. Há uma rejeição do tema e uma compreensão de que as crianças não tem orientação sexual, identidade de gênero e de que abordar o tema nas escolas, ações de formação, é influenciar as pessoas de mudarem algo que é dado como “natural”.

Outro marco das reações em Portugal em relação à “ideologia de gênero” foi no âmbito político se tratando dos debates em torno da Lei n.º 38/2018 que trata do Direito à autodeterminação da identidade de gênero e expressão de gênero e à proteção das características sexuais de cada pessoa. Na percepção das pessoas entrevistadas, o debate era

esvaziado e acompanhado por campanhas de desinformação e redução dos argumentos, incluindo a forma como os meios de comunicação social o faziam. Por exemplo, o que se estava a pedir era uma mudança de identidade legal e o que saía nas notícias remetia para uma mudança corporal/cirúrgica, para adolescentes mudarem de sexo aos 16 anos. “As pessoas falavam de cirurgias, nós estávamos falando de mudar documentos”, se refere uma ativista entrevistada envolvida nos debates desta questão. Pode se evidenciar neste ponto, a possibilidade de que há um entendimento coletivo vinculado à binaridade dos gêneros, onde se concebe poder haver pessoas transgêneras, contudo, para um conforto social, o trânsito de gênero está atrelado necessariamente às modificações corporais, mais precisamente as dos órgãos sexuais.

Dois outros marcadores do contexto português em relação aos discursos da “ideologia de gênero” são citados de forma menos expressiva, embora relevantes. O primeiro foi o episódio dos cartazes contra “ideologia de gênero” colados nas escolas do país em diversas cidades de forma a revelar que movimento(s) e/ou grupo(s) organizado(s) teriam interesse em mobilizar a opinião pública em torno desta questão a partir de uma narrativa de perigo. Neste sentido, nos relata uma das ativistas, a opção consciente que adotou a organização a qual faz parte, de perceber estes grupos como movimentos organizados, já que foi uma ação coordenada e simultânea, com argumentos narrativos já conhecidos em outros países. Outra postura foi a de, alinhados com organizações e pesquisas, adotar o termo “antigênero” para classificar estes movimentos, grupos e narrativas, pois estariam em nome de bloquear os avanços relacionados às reivindicações da igualdade de gênero.

Por último, identificamos que outro marco é a existência de práticas de psicólogas/os que oferecem terapias de “reconversão/reorientação” sexual para pessoas LGBTI+, apesar de haver um órgão fiscalizador para a categoria, a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), que orienta¹⁶ que profissionais da Psicologia “oponham-se a qualquer prática de Saúde Mental que trate as orientações sexuais e as identidades de gênero não hegemónicas como uma patologia” (OPP, 2020, p. 3).

E outra questão (...) tem a ver com as terapias de conversão. Tratamentos de conversão da homossexualidade. Também há algum lobby que utiliza este chavão da ideologia de género para... nomeadamente na área da psicologia há uma Associação de Psicólogos Católicos, não é? E este é sempre o argumento que é utilizado, não é? Que no fundo isto é uma teoria da conspiração, que esta questão da (construção?) do género é uma invenção de um conjunto de pessoas, é uma espécie de um novo

¹⁶ Linhas de Orientação para a Prática Profissional no Âmbito da Intervenção Psicológica com Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Queer (LGBTQ) elaborado em 2017 por um grupo de trabalho criado para este fim desde 2015, disponível em <https://www.ordemospsicologos.pt/pt/noticia/3005>. Acesso em 12 mai 2021

totalitarismo, não é? Que utiliza uma linguagem desconstrutiva e que quer apagar as diferenças fundamentais que existiriam entre homens e mulheres, não é?” (GJ, h / 2-Conhecimento científico)

Ainda referente ao contexto nacional, foi citado um fator que se mostra relevante, a pandemia do coronavírus, com ações de confinamento e outras restrições por parte do governo e instituições para conter a propagação do vírus, mudando as prioridades de demandas das pessoas, limitando, por exemplo, a ação de organizações feministas e veiculada aos direitos LGBTI+ nas escolas através de apoio à comunidade escolar, mudança na forma como pais e responsáveis participam da vida escolar das/os filhas/os e, ainda, aumentando dificuldades sociais e favorecendo o recrudescimento de discursos populistas e extremistas, já que tendem a ser mais simples e parecem se comunicar mais com as pessoas, se conectando ao medo que se dispersa na sociedade em momentos de crise.

“não digo que é um tema constante, mas é um tema que, lá está, cada vez que aparece uma notícia... é assim, este ano foi um ano atípico por também tivemos Covid, estivemos em casa e a maior parte dos discursos a gente viu pela internet. E os discursos vistos pela internet são completamente drásticos e críticos e representam, em parte, o que algumas pessoas pensam sobre isto, não é? E muitas delas vão ao caminho da ideologia de género e vão questionando e muitas delas utilizam mesmo essa expressão em vários comentários.” (BD, m / perfil 5-interseção:ativista/leigo)

Quadro 5: Citações na categoria “Gênero” e suas subcategorias

CITAÇÕES DAS/OS ENTREVISTADOS NESTA CATEGORIA E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE

Percepções sobre género	
<p>Binarismo de género</p> <p>“(…) o juiz despachava e dizia com os nossos papéis “o José Manuel sente-se Maria, fez todos os coisas, depois foi operado, fisicamente o seu corpo é de uma senhora” põe-se o carimbo, sim senhora, José Manuel deixou de existir, passou a haver a Maria. Está certo. (...) E então eles deixaram de vir aqui pedir o papel e passado... já cá nem vêm aqui ao psicólogo nem ao psiquiatra, já não vêm. Agora passaram a ir ao cirurgião e ao cirurgião plástico e à estética, porque querem tirar a maçã de Adão, tirar o peito, melhorar o rabo, quase nenhum quer fazer cirurgia genital. Porquê? Porque não são transsexuais. São pessoas com problemas, travestis, pessoas com fetiches, pessoas com problemas psiquiátricos, com baixa autoestima, que não estão a ser acompanhados. (...) O transsexual não dá nas vistas. (...) O transsexual é uma pessoa que sofre horrores, não é? Mas a avaliação tem que ser bem feita. Não se deve intervir nunca antes dos 18, 19, 20 anos. Não se deve. Nunca.”</p> <p>(MA, h / perfil 2-conhecimento científico)</p>	<p>Igualdade de género</p> <p>“eu vivo na cidade do Porto e aqui é perfeitamente normal vermos casais homossexuais a andar na rua de mão dada e a beijarem-se e ninguém olha sequer. Não tenho notícias de pessoas a serem discriminadas com base na orientação sexual”</p> <p>(AA, h / perfil 3-conhecimento leigo)</p>

Referente aos perfis 1) Conhecimento ativista, 2) Conhecimento científico e 4) Interseção: científico/ativista observa-se que uma diferença na percepção sobre a igualdade de gênero se considerarmos a segmentação geracional das pessoas entrevistadas. As pessoas acima de 60 anos (que chamaremos nesta pesquisa de 1ª geração) se detiveram mais sobre as questões de gênero no âmbito das diferenças entre homens e mulheres, como participação das mulheres na Assembleia da República, a desigualdade salarial entre os sexos, a violência doméstica etc. Estas pessoas – sabidamente por seus trabalhos públicos ou por terem citados episódios nas entrevistas – fizeram parte dos primeiros movimentos feministas em Portugal, contribuindo com a criação e desenvolvimento de espaços ativistas e acadêmicos ligados ao gênero. As pessoas com idade inferior a 60 anos (2ª geração), sobretudo as com menos de 40 anos (3ª geração), se referiram mais às questões da população LGBTI+, como adoção por casais homoafetivos, terapias de reorientação sexual, violência contra LGBTI+ etc.

Se revela uma fratura, todavia, os discursos conservadores, que entendem gênero associado às perspectivas da primeira fase do conceito de gênero, como já exposto. Neste entendimento, há a fusão de gênero com sexo biológico e, apesar de haver a compreensão sobre a existência de pessoas transexuais, por exemplo, o fazem classificando-as como “marginais e residuais” adotando, inclusive, um discurso violento sobre as transições corporais, de forma a nomear experiências da sexualidade fora da cis heteronormatividade como patológicas e onde há uma exigência em que uma pessoa trans adote todos os signos sociais e simbólicos do gênero a que pertence para que, apenas assim, tenha direito à considerar-se – e, principalmente reconhecida – uma pessoa trans e faça alteração de documentos, mantendo-se, desta forma, a perspectiva binária de gênero.

Quadro 6: Citações na categoria “Polarização do termo e dos significados atribuídos” e suas subcategorias

CITAÇÕES DAS/OS ENTREVISTADOS NESTA CATEGORIA E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE

Polarização do termo e dos significados atribuídos	
<p>Instrumentalização político-partidária do termo / politização do termo</p> <p>“são algumas vozes dispersas, mas que facilmente se mobilizam, por exemplo, para recolher assinaturas, para enviar petições e também no fundo para fazer aquilo que é o criar uma espécie de bruaá mediático (...) já está comprovado que, por exemplo, este partido de extrema-direita de caráter populista inventou perfis nas redes sociais, portanto, existem um conjunto de estratégias repletas de falsidade, não é? (...) criar uma discussão pública que permita que algumas pessoas que são mais conservadoras ou menos informadas, vejam naquelas figuras de alguma forma uma esperança de que dias melhores podem vir e que haverá menos corrupção etc.. Portanto, há muita esta associação de valores que é o populismo, não é? Portanto, não vejo outra forma de o descrever senão pessoas que utilizam isto como uma plataforma.” (FT, h / perfil 1-Conhecimento ativista)</p> <p>Nós em Portugal nunca tínhamos tido nenhum partido de extrema-direita no parlamento, mas havia alguns grupos organizados e eu acho que na verdade este partido agora [referindo-se ao Chega] (...) foi um partido que foi sendo moldado por estes movimentos estrangeiros do exterior com ramificações também em Portugal e que depois encontraram uma pessoa que aceitou fazer esse papel – não é? – de ser a cara do partido, que era, aliás, um deputado que vinha do PSD, de um partido de direita (...) levar esse projeto por diante e que por mais que diga que não é um partido de extrema-direita e que não é racista, xenófobo, homofóbico, depois todos os seus discursos e as suas ações mostram exatamente o contrário, não é? (...) Acho que a coisa não é isolada em cada país. Isto vai-se ramificando e vai como forma de reação de resposta à evolução num determinado sentido. Neste caso, à evolução dos direitos, do aprofundamento de direitos. (CS, m / perfil 1-conhecimento ativista)</p> <p>“os movimentos antigénero que estavam super bem organizados e que sistematicamente nessa altura saíam quase diariamente artigos de opinião, colunas, posts nas redes sociais sobre estas questões deturpando completamente todo o trabalho que estava a ser feito e toda a discussão que estava a acontecer no parlamento” (RM, m / perfil 1-conhecimento ativista)</p>	<p>Futuro/Consequências</p> <p>“Porque eu penso que o impacto de ideologia de género se crescer, vai-se ver mais daqui a uns anos. Não é já, porque o foco deles está muito na educação. E se angariarem mais adultos, mais adultos, mais adultos, não é? Aí é que muitas coisas começam, realmente, fundamentalmente a mudar. Mas neste momento eu não consigo localizar... espero que não esteja errada, mas não consigo localizar assim muitas consequências. A não ser que seja mesmo a nível pessoal, não é? Dos jovens virem porque vêm dessas situações.” (AM, m / perfil 1-conhecimento ativista)</p>
<p>Reações de movimentos/pessoas</p> <p>“Eu não sei se a Gabriela chegou a ver, mas eu escrevi um texto que foi publicado num jornal de referência cá em Portugal, que é o Público, e que se chama [cita o nome do artigo], já deve ter visto, não é? E comecei a ser alertada pelas pessoas dos comentários ao texto, eu confesso, Gabriela, eu não fui ler, porque eu não permito que o ódio me toque, não é?” (NS, m / perfil 4- interseção: científico/ativista).</p> <p>“Cada vez que há um momento de evolução de um determinado sentido, depois há a reação de quem está do outro lado para tentar reverter essa evolução e eu acho que é isto que está a acontecer um pouco também no mundo, que é este renascer do conservadorismo e que, entretanto, também acabou por chegar a Portugal.” (CS, m / perfil 1-conhecimento ativista)</p>	<p>Utilidade ou instrumentalidade do discurso / estratégias utilizadas pelos movimentos</p> <p>“meu compromisso é sempre com simplificação da linguagem seja em que meio for até no académico eu acho que nós temos que desconstruir esta coisa que só se falares de uma determinada forma, só se citares determinadas pessoas é que isso é conhecimento.” (SA, m / perfil 6-Interseção: Ativista/Científico/Leigo)</p> <p>“(...) às vezes somos apanhados sem chão, mas por outro lado ainda a expressão que têm não é relevante o suficiente para permitir que lhe damos visibilidade, porque ao darmos visibilidade também estamos a aumentar a sua expressão.” (RM, m / perfil 1-conhecimento ativista)</p> <p>“E têm surgido vários movimentos de contestação da ideologia de género, há um muito curioso que se chama “Salvem os nossos filhos”, e que tem uma forte adesão nas redes sociais. E, durante algum tempo, este movimento, só para citar este, há outros, fazia questão de, sempre que havia um evento em que eram discutidas questões da igualdade de género, estar presente, boicotar. Às vezes, estando em silêncio num primeiro momento, e depois, quando o debate era proposto, as pessoas levantavam-se com cartazes e, portanto, isto é uma forma de violência, não é?” (NS, m / perfil 4-Interseção: científico/ativista)</p>

Ao analisar as entrevistas a partir da categoria de “polarização do termo” podemos observar que a presença de uma repetida sensação de ameaça oferecida pelo “outro lado” que é perceptível nas narrativas apresentadas por atores/atrizes sociais localizados sócio e politicamente em espaços muito distintos (polarização entre “nós” e os “outros” notória). Ao adotarmos esta perspectiva, “os falantes de um grupo tendem, regra geral, a apresentar-se, ou ao seu próprio grupo, em termos positivos, e outros grupos em termos negativos” (van Dijk, 2017, p. 122). Contudo, a partir da escolha teórico-conceitual feita nesta pesquisa, isto não pode ser, de forma alguma, entendido como uma equalização das narrativas que se colocam a favor do que agora se nomeia “igualdade de género” daquelas que denunciam a existência de uma “ideologia de género” entendendo que grupos tão difusos e heterogêneos quanto “a esquerda”, “os gays” ou “as minorias” querem impor arbitrariamente para uma suposta

maioria que performa a cis heteronormatividade. Assim sendo, há que se ser capaz de identificar as semelhanças estratégicas dos discursos, que se relacionam com super estruturas como o modelo capitalista de produção e as práticas coloniais de produção da verdade, sem resvalar na falácia de relativizar discursos de ódio travestidos de opinião ou de construir falsas simetrias entre fenômenos sociais que acontecem a partir de lugares e com consequências distintas.

Ainda a partir desta dimensão do “nós versus eles”, quando se referiram a pessoas e movimentos com diretrizes que discordam ou a discursos opostos aos pessoais, as/os entrevistadas/os narraram o lado oposto como articulado e organizado, ao mesmo tempo que perceberam o campo do qual fazem parte como desarticulado ou desunido.

O termo e debates em torno desta questão ganham força na opinião pública – apropriado pelo senso comum – ainda mais recentemente, está vinculado a forças políticas e organizações internacionais expandindo-se para outros grupos religiosos e se revela como mais um sintoma, também presente em outros países do mundo, da ascensão de movimentos de extrema-direita, marcado, em Portugal, por discursos nacionalistas e populistas, de cariz conservador. Como comenta Paternotte & Kuhar (2018) sobre o termo “ideologia de gênero” na Europa:

A ressonância inesperada desse discurso em várias partes da Europa, assim como o sucesso relativo dessas mobilizações não podem ser compreendidos se não reconhecermos as interseções entre as preocupações do Vaticano com “ideologia de gênero” e a onda atual de populismo de direita na Europa. Isso não quer dizer que as campanhas antigênero sejam consequência direta da onda populista de direita. No entanto, a inflexão para a direita reforça essas campanhas e fornece-lhes novos apoiadores, os quais adotaram a noção de “ideologia de gênero” que compartilha algumas estruturas ideológicas com a ideologia populista de direita. Igualmente, as reações à crise econômica e às rigorosas medidas de austeridade em alguns países europeus tem encorajado protestos antigênero, como resultado da insatisfação com as elites acusadas de corrupção e de ataques contra minorias transformadas em bodes expiatórios. Em ambos os casos, o gênero funciona como a “cola simbólica” permitindo que atores/atrizes com objetivos e estratégias divergentes trabalhem juntos/as contra um inimigo comum (Kováts & Põim, 2015) (Paternotte & Kuhar, 2018, p. 514).

Por outro lado, marcando uma diferença de percepção não entre os perfis, mas em relação ao posicionamento político-ideológico das pessoas entrevistadas, “ideologia de

gênero” também foi definida como um plano político de desconstrução da sociedade, como define uma das pessoas:

Para mim, ideologia de gênero é um conjunto de ideias e de propostas anticientíficas, com propósitos políticos totalitários, extirpam até a dualidade humana da sua natureza e da sua biologia, tentando explicar apenas pela cultura. Sexualmente ideologia de gênero alega que fomos construídos pelo que nos rodeia e somos chamados a desconstruir-nos. E eu pergunto: tantos milhares, milhões de anos e ‘tava tudo errado até hoje? Ou até o século XIX, XX? É, então, uma proposta de desconstrução social (entrevista CH, m / perfil 1-Conhecimento ativista)

Na compreensão das/os entrevistadas/os, os movimentos e pessoas que se posicionam contra a chamada “ideologia de gênero” também se interessam por pautas como questões relacionadas às pessoas LGBTI+, migrações, igualdade entre homens e mulheres e questões étnico-raciais, o que foi confirmado nas entrevistas com pessoas que sustentam tais posicionamentos. As questões de gênero são mobilizadoras, todavia, são as questões raciais e de etnia as mais exploradas no cenário político atual, sobretudo no contexto dos debates presidenciais que antecederam as últimas eleições em Portugal.

Há preocupação e pessimismo da maior parte das/os entrevistadas/os dos perfis ativista, científico e suas interseções, quanto aos desdobramentos das questões de gênero em Portugal, principalmente quando observam alguns dos efeitos que os discursos antigênero tiveram em outros países, onde os mais citados foram Polónia e Hungria, dentre os europeus, se referindo ao crescimento da extrema-direita, às retaliações quanto aos avanços dos estudos de gênero e o Brasil, mencionando as represálias contra mulheres e pessoas LGBTI+, como compartilha um/a dos/as entrevistados/as:

Uma coisa é segura, não é? A extrema-direita vai crescer, está a crescer e nós, nas próximas eleições já vamos perceber que vai ter muito mais. (...) deste ponto de vista estou muito pessimista. Acho que de fato, sendo a força política que mais utiliza este discurso da ideologia de gênero como arma política, tô preocupado, obviamente. Porque se eles vão crescer, a probabilidade de usarem este discurso para restringir o direito das mulheres, das pessoas LGBT, dos jovens que tem o direito à educação para a cidadania, eu penso que também vai crescer. (entrevista GJ, h / perfil 2-Conhecimento científico)

Há certo pessimismo no discurso das pessoas parecendo haver o reposicionamento de uma crença nas instituições e na sensação de que direitos conquistados não se perderiam, abrindo espaço para a dúvida de que conquistas, inclusive no âmbito legislativo, podem ser revistas.

Apesar de Portugal ser um dos países mais igualitários da Europa em termos legais (ILGA, 2019) foi comum durante as entrevistas, a referência a movimentos extremistas ao longo da história, como o fascismo alemão e a ditadura portuguesa, com menção à sensação de uma característica cíclica da história, onde experimentamos avanços e retrocessos no percurso social. Quando há uma série de avanços relacionados à igualdade gênero, há grande reação conservadora e este fenômeno gera uma contrarreação que é discriminatória em relação às reivindicações das mulheres e das populações LGBTI+. Em suas percepções, há o aproveitamento de profundos questionamentos que existem no mundo referente ao aumento das desigualdades, frutos da globalização e do capitalismo neoliberal, para tomar as questões de gênero como “bode expiatório” na tentativa de explicar o desconforto social, fazendo com os sentidos sejam reajustados diante de cenários como este.

Especificamente no contexto português, há uma sensação de que discursos extremistas são um pouco mais travados pelo contexto político atual que é interpretado como mais progressista pelas/os entrevistadas/os, ao mesmo tempo que a presença de um parlamentar identificado como de extrema-direita na Assembleia da República, André Ventura (Partido Chega!) inaugura um novo jeito de se fazer política, onde há a percepção de que o que e como se fala está intimamente conectado com discursos populistas com estratégias percebidas também em outros países, sem que ele tenha acompanhado as fases anteriores na sociedade portuguesa, e marcando também a aliança entre setores mais conservadores da direita portuguesa com a extrema-direita internacional. O deputado e seu partido foram citados nominalmente em várias entrevistas como fonte, através da qual as pessoas viram mais pautado o tema da “ideologia de gênero” e como exemplos de ascensão da extrema-direita no país e temas polêmicos (ou intencionalmente polemizados) percebidos como um aproveitamento político para ascender, onde os de gênero se incluem.

Foi transversal nas entrevistas entre todos os perfis – exceto o 3) Conhecimento leigo – comentários sobre estratégias adotadas para lidar com este fenômeno. Para uma entrevistada do perfil 4) Interseção: científico/ativista, por exemplo, a expressão “ideologia de gênero” não faz sentido se percebida na perspectiva dos Direitos Humanos, assumindo assim, um caráter universal e, portanto, para ela, fora do campo das ideologias visto que, a partir desta compreensão que é apoiada por diversas instituições internacionais, como

Conselho da Europa, União Europeia, ONU etc. “A igualdade entre homens e mulheres passa a ser um fator de desenvolvimento e equidade nas sociedades, portanto, não restrita à uma ideologia”, comenta TM, m. Apesar da igualdade de gênero ser vista de forma mais conectada com as relações entre homens e mulheres, há percepção de que são sobre questões referentes à sexualidade – contestação das relações binárias, consideração de que as pessoas podem ter outras formas de exercer sua identidade sexual e que esta seja fluida e pode variar em algo performativo – que mais incidem os ataques da extrema-direita.

De forma diferente, outra entrevistada do mesmo perfil, entende que a igualdade de gênero é uma ideologia como outra qualquer e lhe parece, ainda, uma estratégia se apropriar do termo “ideologia de gênero” e ressignificá-lo, como evidencia:

“curiosamente acho que o termo [ideologia de gênero] pode ser adaptado a nosso favor (...) de quem se revê nesta luta pelos Direitos Humanos, porque é disso que se trata quando falamos de igualdade de gênero, um pouco na linha do que aconteceu com o termo queer, que surge também num enquadramento negativo, de procura de estigmatização de um determinado grupo social e, no nosso caso, se tivermos uma abordagem crítica e de desconstrução do termo julgo que até o podemos utilizar a nosso favor, porque é um termo que embora tenha na sua origem uma conotação pejorativa é uma ideologia como outra qualquer. Ou seja, não há qualquer intervenção que se faça, seja ela qual for, que não seja ideológica e, portanto, porque não assumir que há aqui uma ideologia de gênero? e eu não me sinto minimamente desconfortável com isso (...) não é um termo que nos insulta, não é um termo que desvirtua nosso trabalho, há uma posição política e, portanto, neste sentido, ela é ideológica e que visa sim trazer as questões de gênero para o debate social, acadêmico, político. E portanto, julgo que este é um exercício que pode ter mais vantagens até do que desvantagens. Ele tem sido um termo usado claramente para criar até alguma tensão, não é? Para descredibilizar quem está no terreno, quem faz investigação neste domínio. (...) não ter medo do termo, já que ele existe, já que ele está disponível, por que não aproveitá-lo? Para reforçar a ideia de que a ideologia de gênero é nada mais nada menos do que a promoção da igualdade de gênero nas esferas da vida social. Portanto, para mim, é neste patamar que estamos e acho que podemos de fato até beneficiar desta terminologia que tendo sido cunhada para nos ofender e nos insultar pode ser recuperada no sentido da problematização e da desconstrução” (NS, m / perfil 4- Interseção: científico/ativista)

Quadro 7: Citações na categoria “Disseminação do termo e do seu conteúdo” e suas subcategorias

CITAÇÕES DAS/OS ENTREVISTADOS NESTA CATEGORIA E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE

Disseminação do termo e do seu conteúdo	
<p>Ação da mídia enquanto co construtora de significado e conteúdo para o termo</p> <p>“O Prós e Contras é uma espécie... é um programa de debate em que eles fazem uma pergunta e as pessoas depois telefonam a dizer sim ou não. E depois há um debate sobre essa questão e depois dão a resposta do público. (...) E, basicamente, falou-se na ideologia de género aí, falou-se nos 50 géneros que as pessoas agora podem ter, e depois o que é que acontece? A pergunta que fizeram ao público não foi “concorda que as pessoas possam mudar de nome e género no seu cartão de cidadania?”. Porque as perguntas que lhes fizeram foi “concorda que as pessoas podem mudar de sexo aos 16 anos?”. E isto tem significados brutalmente diferentes. Porque o que as pessoas entenderam desta frase foi: nós agora temos crianças aos 16 anos a mudar o corpo. A fazer mudanças físicas ao corpo. Que não era o que se estava a discutir. A gente estava a discutir uma lei que muda o nome das pessoas. Muda o nome legal, não é? Porque, exatamente, a gente queria separar as duas esferas. E isso vê-se como é que esta manipulação acontece, não é?”</p> <p>(BD, m / perfil 1-conhecimento ativista)</p>	<p>Disputa de narrativas (Quem, Como, Quando)</p> <p>“Ou seja, e tentar ver se... nós também sabemos que as redes sociais permitem, de facto, toda a efabulação e a mentira e o conjunto das chamadas <i>fake news</i>, etc., portanto, a construção de um universo completamente paralelo em relação à realidade que se passa.”</p> <p>(TA, m / perfil 2-Conhecimento científico)</p> <p>Mas nessa altura, houve uma série de movimentos, quando eu digo, não estou a dizer que se organizaram em associações ou não. Mas houve um movimento e, como sabe, movimentos que aparecem nas redes sociais ganham uma força, não é?, às vezes maior do que as associações. Porque as redes têm a força que têm e apareceu um movimento até bastante conhecido aqui que era o Deixem as Crianças em Paz, que falou muito disto e defendia que não se deveria de falar destas questões porque se estava a pregar a ideologia de género nas escolas.</p> <p>((FM, m / perfil 1-conhecimento ativista)</p>

Quanto à disseminação do termo e do seu conteúdo, foram citadas pelas/os entrevistadas/os a percepção de que as redes sociais e a mídia são plataformas de ressonância dos discursos em torno do tema, sendo que a maior parte soube ou acompanha o fenómeno através destes veículos, considerando todos os perfis analisados. No entanto, para algumas/uns entrevistadas/os há uma intencionalidade quanto à promoção desta ou daquela perspectiva sobre o assunto já há algumas décadas, como comenta uma das pessoas do perfil 4-Interseção ativista/científico sobre como as narrativas em torno do tema do assédio sexual aconteceram em Portugal nos anos 80 do século XX:

(...) na altura em que eu me estava a confrontar com esse problema no inquérito nacional ao assédio sexual (...) Estava a explicar às mulheres portuguesas o que era o assédio sexual, queria saber se elas eram vítimas, e tive que começar por lhes explicar o que é que isso queria dizer, não é? Mas os meios de comunicação social atiraram com o conceito para cima da opinião pública, exatamente da forma enviesada como hoje aparece a ideologia de género. É um conceito que é atirado para a opinião... aliás, uma noção que é atirada para a opinião pública com um discurso subjacente, que é: "cuidado, género é uma coisa ameaçadora e que dá cabo da liberdade das pessoas, porque deixa de haver a liberdade de expressão para utilizar determinados vocabulários e insultar as pessoas, não sei quê...", portanto, é realmente uma reviravolta que se opera no conceito de "ideologia", e que se operou na altura no conceito de "assédio". Eu lembro-me na altura de escrever um artigo em que evocava os exemplos em que a linguagem, o discurso, digamos, comum em

Portugal usava a palavra "assédio" e dava os exemplos. Quando alguém nos toca à campainha repetidamente, quando há uma empresa que nos invade constantemente o quotidiano com a sua publicidade, as pessoas dizem que estão a ser assediadas pela empresa, pela pessoa que tocou à campainha, etc. Então, mas qual é a dificuldade em aplicar isto a uma situação de iniciativa de base sexual, não é? Sendo que, do outro lado, temos exatamente a mesma rejeição ou a mesma não-aceitação do cliente que não quer a publicidade, ou da pessoa que não quer que lhe batam à campainha! Quer dizer, a situação é exatamente igual, mas assédio sexual, isso não, porque... pronto, é uma coisa boa, é uma coisa inocente e que não faz mal a ninguém, e que contribui para relaxar os ambientes de trabalho, torná-los mais simpáticos... aliás, nós ouvimos isso na altura. Houve, aliás, uma série de artigos, uma campanha contra nós, contra a nossa equipa, num jornal quotidiano da altura, O Independente, que justamente defendia este... e eu fui entrevistada na RTP2, e o entrevistador dizia-me: "mas qual é o problema? Qual é o problema? Isso até é bom para as pessoas que estão a trabalhar que haja esses jogos de sedução", eu tentei explicar-lhe que assédio sexual não eram jogos de sedução. Mas a agenda da altura era misturar sistematicamente isto, portanto, omitindo a questão básica do assédio, que é o não respeito pela vontade do outro. Isso é que era preciso manter omissos. (AL, m / perfil 4-Interseção ativista/científico)

Neste sentido, ainda que não analisados em profundidade, citamos o advento das *fake news* que, embora não seja nova, na contemporaneidade marca debates sociais, cenários políticos em todo o mundo, incluindo a forma como "ideologia de gênero" é amplificada e entendida pelas pessoas.

Quadro 8: Citações na categoria “Interseccionalidades” e suas subcategorias

CITAÇÕES DAS/OS ENTREVISTADOS NESTA CATEGORIA E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE

Interseccionalidades	
Raça/etnia	Classe
<p>“(…) um partido não pode dizer que não é racista e xenófobo quando manda outra deputada, quando diz que outra deputada porque tem uma outra cor de pele diferente, portanto, porque é preta, devia ser deportada, não é? E insiste, mesmo assim, continuando a dizer, seja relativamente a ciganos, seja relativamente a outras pessoas, continuam a dizer que deviam voltar para o seu país. Portanto, quer dizer, é claramente um partido... não há dúvida absolutamente nenhuma de que é um partido de extrema-direita, é um partido racista, xenófobo, homofóbico, misógino, machista e, portanto, tudo o que coloca... o conservador, enfim. Ultra conservador.. Mas, de facto, acho que é um bocadinho isso. Acho que a coisa não é isolada em cada país. Isto vai-se ramificando e vai como forma de reação de resposta à evolução num determinado sentido.” (CS, m / perfil 1-conhecimento ativista)</p> <p>“Que a extrema-direita, em Portugal, parece-me que utiliza mais esta questão da raça, de etnia, para dividir, do que propriamente a questão do género e a orientação sexual. (...) Eles não se vão... não vão acicatar os ânimos, provavelmente, de uma coisa que eles já sabem, à partida, que não vai causar muita ressonância, não é? Portanto, o que é que eles manipulam? Manipulam a questão da raça, não é? A questão das comunidades racializadas, não é? Das pessoas racializadas, dos ciganos, das pessoas que vivem nos bairros na periferia de Lisboa, quase em guetos, não é? E é por aqui... penso que é por aqui que eles dividem para reinar.” (GJ, h / perfil 2-conhecimento científico)</p>	<p>“Como esses discursos [se referindo às problematizações de género] chegam para pessoas negras, imigrantes, trabalhadoras da limpeza...? Quando se tem que trabalhar para comer, com esse nível de desgaste físico e não acesso à direitos básicos, não se tem muito tempo para reflexão social.”</p> <p>(LB, m / perfil 4- interseção: científico/ativista).</p>
Migração	
<p>“Tanto não se reconheciam que criaram, não é? E questionaram e criaram outros movimentos. O movimento feminista, mas partindo da sua experiência de ser mulher negra, um exemplo. Enfim, pensando nas mulheres migrantes igual, porque fazemos parte de minorias, não é? E quando fazemos parte de minorias, sobretudo de ex-colónias, há toda essa questão de soma e de não igualdade, vou dar um exemplo. Por mais que a gente tenha nível superior ótimo lá, que formamos nas nossas faculdades que são muito boas no Brasil e a gente sabe disso (...) a gente chega aqui isso não vale de nada, não é? Então, quando você vai entrar no sistema, ele te lembra novamente que esse papel, ele é diferente, não é? Porque você afinal não vai ter o mesmo acesso. Porque mesmo que você tenha mais diplomas, se calhar a colega portuguesa, ou a europeia, vai passar na sua frente, só porque nasceu aqui. Não é? Então, assim, todas essas construções, é impossível não pensarmos sem pensarmos nos outros sistemas opressores, como isso tudo”</p> <p>(PC, m / perfil 1-conhecimento ativista)</p> <p>“eu acho que vai piorar antes de melhorar. Acho que vai piorar antes de melhorar. Acho que, pá, tenho muito medo. Tenho muito medo porque sinto que se têm legitimado muitos discursos muito terríveis, tanto de racismo como ódio, como xenofobia, como tanto mesmo nestas questões de género”</p> <p>(SA, m / perfil 6-interseção: ativista/científico/leigo)</p>	

Tem-se observado uma demanda crescente por parte dos movimentos sociais de base e de publicações críticas dos ativismos hegemônicos que nenhuma análise seja feita à parte das interseccionalidades da situação em estudo, ou seja, tem havido uma exigência historicamente conquistada de compreensão dos marcadores sociais determinantes das circunstâncias de ocorrência e desdobramento dos casos em concreto.

Nessa linha, revela-se importante analisar as entrevistas com um olhar que pondera também a presença ou a ausência da consideração de fatores interseccionais (Crenshaw, 2002) como raça, classe, migrações, entre outros. Como esta pesquisa se propõe a analisar a percepção das pessoas entrevistadas, também se problematiza que esta percepção deverá

estar intimamente ligada ao lugar social que a pessoa ocupa, ou seja, seu lugar de fala (Spivak, 1988; Ribeiro, 2017).

Para exemplificar como os problemas sociais tem seus sentidos reajustados de acordo com o lugar social, mencionamos uma das ativistas/acadêmicas entrevistadas se referindo ao fenômeno da “ideologia de gênero”

Como esses discursos chegam para pessoas negras, imigrantes, trabalhadoras da limpeza...? Quando se tem que trabalhar para comer, com esse nível de desgaste físico e não acesso à direitos básicos, não se tem muito tempo para reflexão social.” (LB, m / perfil 4-interseção: ativista/científico).

5.3 Problematização do regime de verdades produzidas a partir de movimentos antigênero

5.3.1 A sensação de perigo representada pela criação de um “pânico moral”

Portugal experimentou, logo no início dos anos 2000, uma série de mudanças legislativas a partir das reivindicações de mulheres e de organizações feministas e de grupos representantes da população LGBTI+, a saber: a reprodução medicamente assistida (Lei n.º 32/2006), a lei da paridade na Assembleia da República (Lei Orgânica n.º 3/2006), a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) (Lei n.º 16/2007), a união de fato entre casais do mesmo sexo, o casamento entre pessoas do mesmo sexo (Lei n.º 9/2010), a adoção por casais do mesmo sexo (Lei n.º 2/2016), a permissão para que mulheres sozinhas recorram à reprodução medicamente assistida (Lei n.º 58/2017). A partir deste conjunto de adquiridos, que passaram para meios legais, observa-se, como reação a presença de um pânico moral (Cohen, 1972; Rubin, 2003).

Trata-se de um sentimento conhecido tanto no campo dos estudos de gênero quanto entre diversos teóricos construcionistas, pois ao longo dos séculos tem ocorrido diversos períodos, como o da referida “caça às bruxas” no século XV e do foco médico no controle da sexualidade no século XIX (Foucault, 1988), em que as ansiedades sociais geradoras de intensidade emocional se deslocam (Rubin, 2003) e, apropriadas pelos “empreendedores morais” a quem o pânico de uma parte da população é favorável para os seus interesses (Cohen, 1972), voltam-se para um sentimento de raiva e medo direcionado à comunidades

vulnerabilizadas ou grupos marginalizados, encontrando alívio na simplificação da estrutura social através de padrões claros a seguir e inimigos claros a combater.

Para Jeffrey Weeks, 1981, citado por Rubin (2003),

os pânicos morais cristalizam medos e ansiedades muito difundidos, e muitas vezes lidam com eles não pela procura das reais causas dos problemas e as condições que eles demonstram, mas deslocando-os como “Demônios do Povo” em um certo grupo social identificado (comumente chamado de “imoral” ou “degenerado”). A sexualidade tem tido uma centralidade particular em tais pânicos, e os “desviantes” sexuais tem sido bodes expiatórios onipresentes. (Rubin, 2003, p. 32)

Esse pânico moral tem como identitário um descolamento da realidade fática: não se abala diante de dados concretos que o contradigam (Rubin, 2003). Trata-se de um sentimento baseado em uma série de paradigmas que podem ser interpretados a partir de se problematizar as relações coloniais. Supõe que existe um modelo único desejado sobre todos os outros, e percebe esse modelo ameaçado por tudo que é dissidente ao mesmo, e se o que é dissidente representa uma ameaça então o dissidente precisa ser eliminado, ou ao menos, duramente controlado.

Esse desejo de eliminação e controle do que é entendido como dissidente das normativas de gênero cis heteronormativas esteve presente nas entrevistas realizadas, ainda que por vezes parecesse ocorrer fora da esfera de percepção da/o própria/o entrevistada/o, por exemplo, quando um dos deles nomeia as pessoas LGBTI+ como “pessoas que são residuais e marginais na população humana” (MA, h / perfil 2-Conhecimento científico) e, apesar de conceber o sofrimento, principalmente das pessoas transgênero, há uma percepção de que esta população precisa se adequar à norma e que seria uma escolha deixar de sofrer, “bastando” para isso essa adequação. Outras falas que remetem a este medo “aquelas pessoas são estranhas, não são como eu” e “agora se pode permitir tudo e a pessoa pode escolher o sexo”, como se esses processos fossem incentivados e acontecessem sem sofrimentos e dificuldades, ao contrário dos repetidos relatos de diversas violências por partes das pessoas que os atravessam (Preciado, 2020).

O que se observa ao analisar esses discursos é que, primeiramente, essa sensação de medo e ameaça, bem como o processo de racionalização segundo o qual a resposta de

sobrevivência a esses sentimentos é repreensão e violência, apoiam-se em lógicas sociopolíticas conservadoras e reproduzidas em larga escala em diversas instâncias (midiática, artística, educacional, semiótica) e instituições (família, escola, igreja, prisão, fábrica, Estado) que a possibilidade de autocrítica fica drasticamente reduzida. Por um lado, porque os regimes de produção de verdade (Foucault, 1980) estão organizados para confirmar tais percepções, e por outro lado porque, justamente por serem crenças tão basilares para a sociedade em que o indivíduo está inserido, são vivenciadas como essenciais para a construção identitária daquele próprio indivíduo, logo se tornando inegociáveis. A quebra desses paradigmas pode ser experienciada como um processo de morte para esse indivíduo, em uma sociedade na qual a morte é um tabu e foi pela maior parte da história utilizada como castigo, de forma que o único resultado esperável seja a necessidade de proteger-se contra essa quebra.

Portanto, observamos nas entrevistas realizadas, não apenas a existência desse pânico moral, da sensação clara de que há uma ameaça a ser controlada, mas de toda uma sequência de tecnologias do poder dedicadas a sustentação dessa percepção, que não aparece como mera percepção individual, mas antes como manifestação de formas de organização e sociabilização coletivas. Entre essas tecnologias, destaca-se o apoio discursivo na ideia de naturalidade desse discurso, apresentado não como um discurso historicamente construído e geograficamente localizado, mas como um discurso oriundo da natureza, da forma “como as coisas são”; o suporte religioso do discurso, baseado em um poder da instituição religiosa cristã sobre a vida privada que também é uma herança colonial; e a característica autopoietica do discurso (Deleuze, 1977), ou seja, um discurso que constrói-se em regime circular e justifica a si mesmo.

5.3.2 A concepção da sociedade a partir de um modelo universal, natural e biológico

Butler (2014) concebe que este conceito funciona também como o mecanismo pelo qual o que é entendido como masculino e como feminino passa a ser produzido e naturalizado. Isto também revela o poder da estrutura na formação dos sujeitos, tanto por tornar-se invisível para quem tenta obtê-la como ideal – e visível precisamente às/aos que são afetadas/os por sua violência – (Kimmel, 1998) quanto pela impressão de que ela não muda,

sugerindo que os arranjos de gênero são universais e não se transformam (Connell & Pearse, 2015). Para van Dijk (2017), qualquer propriedade do discurso que expressa ou estabelece uma opinião ou interesses de grupos, em especial num contexto sociopolítico, tem em geral, “a função social de legitimar a dominância ou de justificar ações concretas de abuso de poder executadas pelas elites” (van Dijk, 2017, pp. 122-123).

Neste sentido, a família e a criança são pensadas de forma universal, abstrata e naturalizada a partir das formulações cis heteronormativas, concebendo que, a criança e a família que merecem ser protegidas são as que se enquadram nestas normas, como observamos nos exemplos dos discursos conservadores citados nesta pesquisa. A noção de que existe um modelo a ser seguido ou alcançado revela-se parte inerente dos argumentos de quem se posiciona contra a “ideologia de gênero” ou faz parte de movimentos antigênero e, sua proliferação e amplitude, indicam a necessidade de estudo sistêmico das condições de formação e adesão desses discursos. Recorremos a alguns dos modos de operações gerais da ideologia e suas construções simbólicas feita por Thompson (1995), citado na parte teórica conceitual desta pesquisa, para observar estes discursos e percebemos que estão presentes as estratégias de legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e retificação, apagando do processo as relações de dominação presentes e mantidas na forma como o gênero é percebido e transmitido socialmente.

Desde a crise da Psicologia Social na década de 60 do século passado (Gergen, 1985) que o marco epistemológico tem mudado, da centralização no indivíduo para estender seu campo de estudo aos fenômenos coletivos. Ao longo das décadas seguintes esse trajeto crítico tem caminhado no sentido da consolidação do entendimento de que não é possível produzir descrições culturalmente descontextualizadas (Nogueira, 2001), e essas críticas crescentes aos processos de construção da verdade nas sociedades derivadas do Iluminismo (idem, p.46) não podem deixar de levar a críticas ao marco civilizatório no qual este está inscrito.

A Modernidade europeia construiu-se em íntima relação de co-dependência com o colonialismo e o tráfico transatlântico de escravos (Curiel, 2020). Não é que tenham acontecido de forma concomitante, mas antes que não poderiam ter ocorrido separadamente, o que circunscreve o projeto colonial em uma teia discursiva tão complexa

que, para sustentá-la, se criaram argumentos entendidos como científicos (Hopkins & Wallerstein apud Quijano, 2005, p. 120). Para analisar com profundidade os discursos registrados nas entrevistas, torna-se necessário o diálogo com uma epistemologia dissidente que tem se dedicado a compreender a permanência das lógicas e estruturas coloniais das quais “a hierarquia da fusão entre gênero e raça se tornou característica central e persistente no mundo contemporâneo” (Connell & Pearse, 2015, p. 163) e onde percebemos que o ideal de um modelo universal é um dos pilares: a decolonialidade.

A decolonialidade tem sido consagrada como epistemologia crítica por autores como Aníbal Quijano (2000), Catherine E. Walsh (2005, 2006), Ramón Grosfoguel (2003, 2006), Boaventura de Sousa Santos (2014, 2018), Walter Mignolo (2000) e Ochy Curiel (2007). O campo dos estudos de gênero também tem sido atravessado por uma série de autores e principalmente autoras com crescente visibilidade que pesquisam o gênero como fruto direto do colonialismo e da colonialidade¹⁷: Maria Lugones (2003, 2014), quem escreve que o gênero é uma imposição colonial; Françoise Vergès (2020), quem desenvolve o conceito de “feminismo civilizatório”; Gayatri Spivak (1999), quem formulou a decolonialidade como espaço que torna possível ao subalterno falar, e Oyèrónké Oyěwùmí (2002), quem investiga sociedades africanas para quem o conceito de gênero não existia antes da colonização, demonstrando que este não pode ser natural, visto que não é universal.

Essas autoras permitem compreender as narrativas encontradas nas entrevistas a partir de uma perspectiva teórica que entende a colonialidade como construtora primordial das codificações simbólicas da realidade nos territórios tocados pelo colonialismo em qualquer uma de suas pontas (Muñoz, 2014, p. 16). Isso porque os discursos e narrativas exerceram um papel fundamental na manutenção do poder do colonial, cuja uma das mais complexas características é ter sido sempre exercido por grupos numericamente muito inferiores aos grupos sobre os quais era imposto. Esse desafio numérico, tanto em termos territoriais, como populacionais, se somou a necessidade de justificar o domínio colonial, sem

¹⁷ Colonialismo é um regime político de dominação e exploração hierárquica e unilateral inaugurado com as invasões da hoje América Latina no século XV, posteriormente utilizado em Ásia e África e que majoritariamente se estendeu até o século XIX e XX, mas permanece até hoje em locais como a Guiana Francesa, muito embora já com outro nome. Já a colonialidade é a permanência das lógicas e estruturas coloniais após o fim dos regimes políticos coloniais tanto nas ex-colônias quanto nas ex-metrópoles, uma vez que se tratam de sociedades cuja construção baseou-se nesse regime (Quijano, 2000).

o qual a Modernidade e a construção da Europa tal como a conhecemos não seria possível, perante as ideias iluministas que apregoavam as nações colonizadoras como referências civilizatórias. Exercer uma prática tão contraditória com a identidade auto apregoada exigiu um investimento maciço por parte dos países colonialistas na construção de discursos e narrativas que legitimassem a escravidão, o tráfico transatlântico de pessoas, o genocídio dos povos originários e a exploração predatória de riquezas. A ciência europeia debruça-se profundamente sobre a missão de criar as condições de sustentação dessa dicotomia e, nesse contexto, nascem campos teóricos como a Antropologia e a Sociologia. Desta forma, o discurso científico se une ao religioso para permitir países europeus custearem seus desenvolvimentos a partir das violências cometidas por essa mesma Europa, no Sul global.

Essa contradição aparente entre o colonialismo e a Modernidade – que não é mais do que aparente, pois, esse laço nada tem de acidental, como demonstrado por autores e autoras já citados – e o consequente investimento em tecnologias de poder (como práticas discursivas e construção de narrativas) que neutralizassem esta contradição, resultou no desenvolvimento de formas de construção do pensamento, dos afetos, das relações e da própria percepção da realidade, que servissem ao projeto colonial. Portanto, a colonialidade dos seres, dos saberes e dos afetos (Quijano, 2000), que permitiu o colonialismo e à este sobreviveu, é marcada por uma série de características específicas: a construção imagética do Outro (não-europeu, não-branco, não cis heteronormativo) como uma ameaça ao modo de vida civilizado, modo este que é dado (dentro dos referenciais autopoieticos de como esta própria civilização se classifica) como “natural”, “universal” ou “universalizável”, como o mais evoluído e como consequência lógica da evolução; e a necessidade de reprodução das lógicas e estruturas civilizatórias para garantir sua continuidade e perpetuação, sendo a tentativa de controle do futuro uma característica dessa organização político-social (Krenak, 2020).

A crença colonial em um modelo hierarquicamente posicionado e que deve ser imposto e protegido encontra reflexo nas entrevistas realizadas, como se nota na percepção, já comentada, de um dos entrevistados que localiza as experiências e corporeidades das pessoas LGBTI+ como “residuais e marginais” necessárias de readequação. Outro momento que evidencia esta lógica é quando, incomodado, explica:

Gênero é uma construção social, é uma representação. Portanto isso não tem nada a ver com biologia. Só há dois sexos: masculino e feminino. É assim por todo lado na natureza. Por que queremos mudar isso? Isso interfere em alguma coisa? Numa pessoa que sendo mulher queira parecer um homem? Isso a limita em alguma coisa? Se você quiser se vestir de homem ninguém a vai impedir. Por que vão prender a mim por não aceitar dizer a si que és mulher? Sei que você é uma mulher, mas vou fazer de conta que não é para que você não se sintam mal. Uma minoria, muitos deles com problemas, que precisam de ajuda e ninguém os ajuda, vão condicionar uma maioria a viver uma mentira, a fazer de conta que você é uma mulher sendo homem. (MA, h / perfil 2-conhecimento científico)

A partir do paradigma conceitual do Construcionismo Social, busca-se compreender os processos histórico-sociológicos que determinam as narrativas em disputa e produzem os discursos observados. Desta perspectiva, a identificação nas entrevistas analisadas da crença em um modelo universal/universalizável que representa o desejável é analisada nesse contexto de crítica construcionista e decolonial, levando a reflexões sobre as possibilidades de diálogo que se voltam para o que vêm escrevendo autoras como Kilomba (2019), Muñoz (2019) e Vergès (2020): a necessidade de reconhecimento e nomeação do passado colonial que possa abrir caminho para a reparação.

5.3.3 A preocupação com o superior interesse da criança e os seus agentes de educação

Duas outras premissas se apresentaram persistentes nos discursos antigênero. Uma delas se refere à divisão da responsabilização em relação à educação de crianças e adolescentes (o que é dever da escola e o que é dever da família, ficando a sociedade de fora desta equação, possivelmente por ser entendida de forma uníssona relativa aos interesses da família). A partir da fala “a escola ensina, a família educa” (MA, h / perfil 2-conhecimento científico), o comentado modelo acima, que preconiza a família a partir de uma estrutura concebe que as todas as famílias tem as condições necessárias para educar, ainda que não seja claro o que é, na prática, o exercício desta atribuição.

Nas sociedades onde há educação pública – custeada por impostos das/os contribuintes – esta é vista como um pacto entre família e sociedade, concebendo que a família não é a única instituição responsável pela formação e educação de crianças e adolescentes de determinado país que, inclusive, está sujeita à constituição e às leis para definirem a forma que vão educar seus membros. No caso de Portugal, a Constituição da

República Portuguesa¹⁸ preconiza, dentre outras normativas, no artigo 9º alínea h) que uma das tarefas fundamentais do Estado é promover a igualdade entre homens e mulheres, portanto, são necessários instrumentos de educação para este fim.

As discussões sobre igualdade e identidade de gênero e orientação sexual nas escolas são vistas, como já comentado, como um trabalho ameaçador da ordem, fazendo surgir a ideia de que as crianças precisam ser protegidas e, para aludir a um movimento antigênero citado por um deputado na Assembleia da República¹⁹, deixadas em paz.

Há, então, a concepção de que crianças são frágeis, manipuláveis, estão em perigo, são inocentes e vão ser contaminadas por discursos considerados nocivos. Como é palatável e bem visto na opinião pública proteger a criança e adolescente, estas narrativas tem sido exploradas por movimentos populistas que esvaziam o debate e os reduzem a jargões, como este citado. Cria-se então, a ideia do “superior interesse da criança” retomando direitos já conquistados legalmente, como a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), a partir de argumentos como “Não sou eu que tenho direito de ser um pai, é a criança que tem o direito de ter um pai e uma mãe” (entrevista MA, h / perfil 2-Conhecimento científico).

5.4 Discussão de resultados

Após a análise feita pela metodologia escolhidas, três pontos se apresentam como reflexões finais sobre a mesma. Em primeiro lugar, revela-se pertinente discorrer sobre o processo de auto nomeação por parte das/os entrevistadas/os nos perfis oferecidos ou na intersecção entre eles, uma possibilidade originada dessa própria autodefinição. Nesse sentido, este processo revelou-se uma opção rica para o desenvolvimento da pesquisa, permitindo que a construção dos perfis fosse mais dinâmica e complexa do que o inicialmente previsto. Considerando-se que o trabalho é voltado para o campo dos discursos e da construção de significado ao redor desses discursos, foi particularmente favorável que a estruturação dos perfis fosse feita também a partir das/os entrevistadas/os.

¹⁸ Fonte: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> Acesso em 21 mai 2021

¹⁹ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=XG7Lv9U-Lnw> Acesso em 21 mai 2021

Essa auto nomeação, na maior parte das vezes, foi um momento de reflexão para as pessoas entrevistadas, que majoritariamente dedicaram um tempo e uma elaboração sobre a questão, frequentemente justificando a própria escolha de definição e revendo o envolvimento pessoal que possuem com o tema. Todas as pessoas entrevistadas viram sentido nessa demanda e nenhuma a questionou ou recusou.

Todavia, este mesmo método, que se revelou vantajoso em tantos aspectos, pode ter sido um fator determinante também para um resultado não-desejado: a diferença numérica entre representantes dos grupos ativista e acadêmico e sua intersecção e o grupo leigo. Como não havia conhecimento prévio de qual seria a classificação escolhida por cada entrevista, não foi possível pré-determinar as proporções entre cada categoria, principalmente porque, como mencionado anteriormente no texto, uma das riquezas do método utilizado foi justamente que os/as atores/atrizes sociais entrevistados muitas vezes oferecessem classificações diferentes das que a pesquisadora definiria, inclusive com possibilidades de intersecção novas.

Um terceiro ponto que se destaca nessa etapa, além do que a possibilidade de auto nomeação pelas pessoas somou e possibilitou ao trabalho e da questão relativa a proporção numérica entre os grupos, é a forma como o caráter semiestruturado das entrevistas revelou-se essencial para a viabilização do debate pretendido. Isso porque o formato escolhido permitiu às/aos entrevistadas/os discorrer sobre temas diversos transversais e associados à “ideologia de gênero” e cujo aparecimento nos discursos era previsto pela pesquisa teórica: por exemplo, temas como feminismo(s), educação sexual nas escolas e transexualidade, entre outros. A revisão de literatura feita já indicava, como mencionado anteriormente, a impossibilidade de análise da temática da “ideologia de gênero” sem uma perspectiva interseccional que considerasse e compreendesse que a construção de significado sobre o objeto de estudo necessariamente acontece interligada com uma série de variáveis correlacionadas, o que a pesquisa empírica veio confirmar.

Acredita-se que pesquisa realizada soma aos estudos na área na medida em que permite a compreensão na quantidade e complexidade de variáveis envolvidas na construção de significados para o termo, sobretudo, no contexto português, onde se nota um crescente interesse nos debates relativos à “ideologia de gênero”.

Considerações finais

A pesquisa revela uma diferença maior quando comparamos discursos conservadores com outros que se alinham mais à narrativas “pró-igualdade”. Salientamos que nos pareceu interessante que este estudo possa ser aprofundado, por exemplo, através de uma triangulação de métodos para confirmar, com recurso a escalas, se as pessoas que se classificam como conservadoras possuem valores e atitudes consistentes com o conservadorismo e, por outro lado, se as pessoas que se consideram pró-igualdade também revelam atitudes consentâneas.

Percebemos que discursos da “ideologia de gênero” impactam as pessoas de forma diferente a depender de seus lugares sociais, revelando a importância de mais pesquisas que se aprofundem em pensar estes impactos incluindo outros marcadores, como as questões étnicas, raciais e migratórias através de uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002).

Emergiu com frequência dos dados das entrevistas a necessidade de aprofundar a compreensão acerca do papel que grupos religiosos radicais têm tido no apoio para uma base política e que mobiliza discursos antigênero e se veiculam à narrativas nacionalistas, populistas e de direita-extremista, com amplas ligações internacionais. Entender estas redes, seus financiamentos, conexões e como se veiculam aos processos históricos de cada país, capilarizando-se nos discursos da população e nos meios de comunicação, se faz importante para aprofundar a percepção específica do contexto português.

A pesquisa aponta também para a importância de se adensarem algumas reflexões sobre a esfera política intrinsecamente associada às práticas e vivências usualmente narradas como privadas - a sexualidade, as relações afetivas, a relação com o próprio corpo. Autoras (Beauvoir, 1980; Butler, 1990, 1992, 1997; de Lauretis, 1994) demonstraram longamente que “o pessoal é político” (Fraser, 1989, p. 113), porém a trajetória de longo alcance desse debate não diminui sua contemporaneidade, uma vez que essa afirmação continua a precisar ser feita por ativistas e acadêmicas repetidamente (Curiel, 2018; Kilomba, 2019; Guzman, 2020; Cabnal, 2017). A contribuição oferecida pela análise das entrevistas pode somar para esse debate na medida em que demonstra como os significados - logo os discursos de construção

de significação - do termo “ideologia de gênero” possuem determinados padrões que se repetem e que tendem a ser mais ou menos semelhantes conforme a pertença ou o afastamento de grupos sociais específicos.

Ainda nessa linha, a análise das entrevistas demonstra a construção de significado como processo político e coletivo tanto quanto as entrevistas são analisadas em grupo, como se priorizou para os objetivos desta pesquisa, quanto se são analisadas em uma perspectiva mais individualizada, onde é possível perceber que as interseccionalidades e localizações das/os locutoras/es na teia social possuiu influência em suas falas - conclusão sustentada pelo já mencionado fato de que a repetição de localizações tendeu a representar uma proximidade nas falas. Destaca-se, por exemplo, o fato de que as dinâmicas entre migração e gênero e raça e gênero foram citadas predominantemente por pessoas migrantes e/ou racializadas.

Como sugestões para futuras pesquisas destaca-se a relevância social de compreender os significados de “ideologia de gênero” por atores/atrizes em contextos em que a produção de significado sugere uma reprodução tendencialmente imediata e acritica, como escolas secundárias (incluindo professoras/es e alunas/os) e religiosas/os de igrejas católicas e evangélicas em Portugal. Outro aspecto que se evidencia é perceber, junto à Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) se estão a receber mais casos reportados sobre “terapias de reorientação sexual” e as providências com profissionais que endossam estes discursos e/ou oferecem este serviço, como apontado em algumas entrevistas, e quais são as narrativas decorrentes.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beauvoir, S. (1980). *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Biroli, F., Vaggione, J., & Machado, M. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo.
- Boff, L. (2015). *Em busca de um conceito de povo: de ator secundário a protagonista*. Fonte: O Tempo: <http://bit.ly/2nkxxEZ>
- Bourdieu, P. (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Burke, E. (2014). *Reflexões sobre a revolução na França*. São Paulo: Edipro.
- Burr, V. (1995). *An introduction to Social Constructionism*. London: Routledge.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism And the Subversion of Identity*. London: Routledge.
- Butler, J. (1992). The Body You Want: Liz Kotz interviews Judith Butler. *Artforum*, 31(3), 82-89.
- Butler, J. (1997). *The psychic life of power: theories in subjection*. Stanford: Stanford University Press.
- Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, 42, 249-274.
- Butler, J. (23 de jan de 2019). *Precisamos parar o ataque à "ideologia de gênero"*. Acesso em 15 de mai de 2019, disponível em Sxpolitics: <https://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094>
- Cabnal, L. (2017). Tzk'at, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew-Guatemala. *Ecología Política*, 98-102.
- Carmo, H. (2011). *Teoria da Política Social (Um olhar da Ciência Política)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Carvalho, M. P. (2015). Prefácio à edição brasileira. Em R. Connell, & R. Pearse, *Gênero: uma perspectiva global* (pp. 9-12). São Paulo: nVersos.
- Centurión, J. (Diretor). (2018). *Género bajo ataque* [Filme Cinematográfico].
- Cohen, C. (1997). Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 3, 437-465.
- Cohen, S. (1972). *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers*. London: MacGibbon & Kee.
- Connell, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos.
- Corrêa, S., & Kalil, I. (2020). *Políticas antigênero en América Latina: Brasil - La catástrofe perfecta?* Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en ABIA.

- Crenshaw, K. (2002). A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. *Revista Estudos Feministas* (1), 7-16.
- Curiel, O. (2007). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas (Col)*, 26, 92-101.
- Curiel, O. (2018). "Qué es la decolonialidad?". *Sétima sessão do curso internacional "Estudios Críticos Latinoamericanos"*. Fonte: Maestría en Discapacidad e Inclusión Social de la Universidad Nacional de Colombia: https://www.youtube.com/watch?v=2non_MMVXGc
- Curiel, O. (2020). *Feminismos desde Abya Yala*. Fonte: Transmitido ao vivo por Artemisas Organización: <https://youtube.com/watch?v=jfWjTurPiug&feature=share>
- De Lauretis, T. (1994). "A tecnologia de gênero". Em H. B. Hollanda, *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural* (pp. 206-242). Rio de Janeiro: Rocco.
- Deleuze, G. (1968). *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Deleuze, G. (1977). *Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. São Paulo: Coleção Trans - Editora 34.
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo.
- ENEC. (2017). Fonte: Estratégia Nacional Educação para a Cidadania: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/estrategia_cidadania_original.pdf
- Foucault, M. (1980). *Language, counter-memory, practice*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber (13ª edição)*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Fraser, N. (1989). *Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- Furlani, J. (2016). *Existe Ideologia de Gênero*. Acesso em 18 de maio de 2019, disponível em Pública, São Paulo–SP: <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>
- Garbagnoli, S. (2014). "L'ideologia del genere": l'irresistibile ascesa di un'invenzione retorica vaticana contro la denaturalizzazione dell'ordine sessuale. *AG About Gender, Genova*, 3(6), 250-263.
- Garraio, J., & Toldy, T. (2020). "Ideologia de gênero": origem e disseminação de um discurso antifeminista. *Mandrágora*, 26 (1), 129-155.
- Gergen, K. (2006). *El yo saturado: dilemas de identidad en el mundo contemporáneo*. Barcelona: Paidós.
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Giddens, A. (1999). *Para uma terceira via*. Lisboa: Presença.

- Giorgi, A. (2018). Quand l'égalité de genre est-elle devenue l'idéologie du genre? L'étrange cas du Portugal. Em R. Kuhar, & D. Paternotte, *Campagnes anti-genre en Europe: des mobilisations contre l'égalité* (pp. 247-268). Lyon: Rowman & Littlefield Publishing Group.
- Gomes, C. (2020). Propagação dos termos "ideologia de gênero" e "aborto" nas mídias escritas brasileiras. *Sexuality Policy Watch*.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Grosfoguel, R. (2003). *Colonial Subjects: Puerto Ricans in a Global Perspective*. Berkeley: University of California Press.
- Grosfoguel, R. (2006). La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa. Bogotá - Colombia*, 4, 17-48.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Estoril: Princípia.
- Guzmán, A. (2020). *Historias devidas IX: Adriana Gúzman*. Fonte: Transmitido por Canal Encuentro: <https://youtube.com/watch?v=wLercTyNDvk&feature=share>
- hooks, b. (1984). *Feminist Theory: From Margin to Center*. Boston: South End Press.
- ILGA. (2019). *Relatório Anual - Discriminação Contra Pessoas LGBTI+*. ILGA Portugal: Observatório da Discriminação Contra Pessoas LGBTI+.
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), 449-502.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Kimberle, C., Gotanda, N., Peller, G., & Thomas, K. (1996). *Critical Race Theory: The Key Writings That Formed the Movement*. New York: The New Press.
- Kimmel, M. S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 4 (9), 103-117.
- Kováts, E., & Põim, M. (2015). *Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe*. FEPS – Foundation for European Progressive Studies / financial support of the European Parliament and Friedrich-Ebert-Stiftung Budapest.
- Krenak, A. (2020). *O Amanhã não está a venda*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kuhar, R., & Paternotte, D. (2017). *Anti-gender campaigns in Europe: mobilizing against equality*. London: Rowman & Littlefield International.
- Louro, G. L. (2018). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Lugones, M. (2003). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition Against Multiple Oppressions (Feminist Constructions)*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers.
- Lugones, M. (2008). The Coloniality of Gender. *Worlds & Knowledges Otherwise*, 2 (2), 1-17.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo decolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22, 935-952.
- Martins, P. P., McNamee, S., & Guanaes-Lorenzi, C. (2015). Família como realização discursiva: uma explicação relacional. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 24(52), 9-24.
- Mascaro, A. (2019). *Seminário Internacional "Democracia em colapso?"* Fonte: TV Boitempo em São Paulo/Brasil: https://www.youtube.com/watch?v=XIoHf4eAW_M&t=832s
- Mena-López, M., & Aristizábal, F. (2018). Las falacias discursivas en torno a la ideología de género. *Ex æquo*, n.º 37, Dossier A «Ideologia de Género» e a Religião, 19-31.
- Mignolo, W. (2000). *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. New Jersey: Princeton University Press.
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, vol. 32, núm. 3, septiembre-diciembre, 725-747.
- Mohanty, C. T. (2003). *Feminism without borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham, NC: Duke University Press.
- Moreira, A. (2014). *Ciência Política*. Coimbra: Edições Almedina.
- Muñoz, K. O. (2014). El debate sobre las y los amerindios: entre el discurso de la bestialización, la feminización y la racialización. *El cotidiano, Universidad Autónoma Metropolitana, Ciudad de México*, 13-22.
- Muñoz, K. O. (2019). *Miradas en torno al problema colonial: Pensamiento Anticolonial y feminismos descoloniais en los Sures Globale*. Ciudad de México: AKAL.
- Nogueira, C. (2001). Construcionismo social, Discurso e Género. *Psicologia*, 15 (1), 43-65.
- OPP. (2020). *Linhas de Orientação para a Prática Profissional no Âmbito da Intervenção Psicológica com Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Queer (LGBTQ)*. Fonte: Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP): https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/linhasorientacao_lgbtq.pdf
- Oyěwùmí, O. (1997). *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minnesota : University of Minnesota Press.
- Oyěwùmí, O. (2002). Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies. *Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies*, 2 (1), 1-9.
- Paredes, J. (2017). El feminismocomunitario: la creación de un pensamiento propio. *Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana*, 7 (1), 1-9.

- Paternotte, D., & Kuhar, R. (2018). "Ideologia de gênero" em movimento. *Psicologia Política*, 18(43), 503-523.
- Preciado, P. (2019). *Un apartamento en Urano: Crónicas del cruce*. Barcelona: Anagrama Narrativas hispánicas.
- Preciado, P. (2020). *Je suis un monstre qui vous parle: rapport pour une académie de psychanalystes*. Paris: Grasset & Fasquelle.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em E. Lander, *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 201-246). Buenos Aires: CLACSO.
- Quijano, A. (2001-2002). Colonialidad del poder, globalización y democracia. *Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León*, 4 (7/8), 1-23.
- Quijano, A. (2005). Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, 19, 9-31.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramirez, G. A. (2020). *Políticas antigénero en América Latina – "Ideología de género", lo "postsecular", el fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: la vocación anti-democrática*. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en ABIA.
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2001). Contribuições do Pensamento Construcionista para o Estudo da Prática Grupal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 201-209.
- Rasera, E., Teixeira, F. d., & Rocha, R. M. (2014). Construcionismo social, comunidade e sexualidade: trabalhando com travestis. Em C. Guanaes-Lorenzi, M. Moscheta, C. Corradi-Webster, & L. Vilela e Souza, *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (pp. 289-301). Rio de Janeiro: Instituto NOOS.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando .
- RINGS. (17-19 de outubro de 2018). *Rings Gender*. Fonte: Call for papers: RINGS Conference : <http://ringsgender.org/aktuality/call-for-papers-rings-conference-2018#.X3MGnGhKjIX>
- Rosa, E. B. (2020). Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos Pet de Filosofia - PETFILO UFPR*, 18 (2), 59-103.
- Rubin, G. (2003). Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. *Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu* (21), 1-88. Fonte: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_osexo.pdf
- Santos, B. d. (2018). *Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Esencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas*. Buenos Aires: CLACSO.

- Santos, B. d. (2018). *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Santos, M., & Amâncio, L. (2012). Género e política: análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade. *Sociologia, Problemas e Práticas (Online)*, 68, 79-101.
- Sapolsky, R. (1997). *The trouble with testosterone and Other Essays on the Biology of the Human Predicament*. New York: Simon & Schuster.
- Scott, J. (1989). Género: uma categoria útil de análise histórica (tradução de "Gender: A Useful Category of Historical Analysis"). *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 9-39.
- Silva, I. P. (2018). Em busca de significados para a expressão “Ideologia de Género”. *Educação em Revista.*, v.34, 1-30.
- Silva, R. (2009). Linguagem e Ideologia: embates teóricos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, 9 (1) , 157-180.
- Souza, J. M. (2016). Edmund Burke e a gênese conservadorismo. *Serviço Social & Sociedade*, 126 (mai/ago), 360-377.
- Spivak, G. C. (1988). Can the Subaltern Speak? *Cary Nelson/Lawrence Grossberg (org): Marxism and the Interpretation of Culture*, University of Illinois Press: Urbana, 271–313.
- Spivak, G. C. (1999). *A Critical of a Postcolonial Reason*. Cambridge: Harvard University Press.
- Tavares, M. (2015). A visibilidade dos Estudos sobre as Mulheres, de Género. Em A. Torres, D. Maciel, & H. (. Sant’Ana, *Estudos de Género numa perspetiva interdisciplinar* (pp. 23-27). Lisboa: Mundos Sociais.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Vozes: Petrópolis.
- Torres, A. (2018). *Sexo e Género: problematização conceptual e hierarquização das relações de género do ISCSP*. Lisboa: Textos de apoio ao doutoramento em Estudos de Género ISCSP.
- Torres, A., Maciel, D., & Sant’Ana, H. (2015). Introdução. Em A. Torres, D. Maciel, & H. (. Sant’Ana, *Estudos de Género numa perspetiva interdisciplinar* (pp. 1-8). Lisboa: Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.
- Touraine, A. (1998). *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. São Paulo: EDUSC.
- van Dijk, T. (2017). *Discurso, notícia e ideologia - estudos na análise crítica do discurso*. Braga: Edições Húmus.
- Vasconcelos, P. (2019). Comunicação em evento científico. Love of Hierarchy: the rise of Anti-Gender Ideology. *II Congresso Internacional do Centro Interdisciplinar de Estudos do Género (CIEG) “Estudos de Género, Feministas e sobre as Mulheres: Reflexividade, Resistência e Ação”*. Lisboa.

Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora.

Vergueiro, V. (2013). *Explorando Momentos de Gêneros Inconformes – Esboços*. Fonte: Seminário Internacional Desfazendo Gênero:
<https://ufba.academia.edu/Departments/NEIM/Documents>

Virilio, P. (2015). *Estética da Desaparição*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Walsh, C. (2005). *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: Reflexiones latinoamericanas*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala.

Walsh, C., Mignolo, W., & Linera, Á. (2006). *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo.

ANEXO I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Apresentação

Bom dia/Boa tarde/Boa noite, xxxxxx.

Primeiramente gostaria de agradecer a disponibilidade para esta entrevista. Como mencionei no e-mail, me chamo Gabriella Morena, sou aluna do mestrado em Família e Gênero do ISCSP/Universidade de Lisboa e conto com a orientação da professora Dália Costa para a realização da dissertação sobre “ideologia de Gênero”, que pretende analisar os significados atribuídos ao termo no contexto português contemporâneo e compreender os seus processos de construção.

Para poder dedicar o máximo de atenção à entrevista, com uma duração esperada de 1 hora, peço autorização para a gravar. Os dados serão utilizados apenas com fins científicos, sujeitando-se aos princípios éticos da pesquisa científica em ciências sociais. Autoriza a gravação?

Nota para a Entrevistadora (NE): Ligar o gravador

QUESTÕES

1. “Ideologia de gênero” é um termo complexo. Como o define e/ou interpreta?

- 1.1. Se o foco da resposta for em gênero, pedir para aprofundar com ênfase em ideologia.
- 1.2. Se o foco da resposta for em ideologia, pedir para aprofundar com ênfase em gênero.

2. Como vê este fenômeno em Portugal, face a outros contextos?

NE: acolher a ênfase no contexto da entrevistada, independentemente de se tratar de contexto geográfico, político, cronológico ou histórico, exemplificando com estes, por esta ordem, no caso de dúvida/questão ser colocada)

3. Recorda-se da primeira vez que o tema da “ideologia de gênero” lhe chamou a atenção? Poderia me contar sobre este momento?

- 3.1. Desde então, tem acompanhado o que se fala sobre “ideologia de gênero”? De que forma? *NE: Em Portugal e/ou fora, de acordo com o que a entrevistada queira referir.*

4. Para si, qual a importância de estudar “ideologia de gênero” em Portugal?

5. **O que pensa sobre a(s) reação(ões) em relação à “ideologia de gênero”, em Portugal?**

6. **Neste estudo pretendo realizar entrevistas à pessoas que possivelmente interpretam “ideologia de gênero” de forma distinta (ligadas à academia, ao ativismo e pessoas da população em geral). Admitindo esta separação (e suas interseções), onde se situa?**
 - 6.1. Faz-lhe sentido esta separação?
 - 6.2. Por que?

7. **Agora que estamos a terminar, como prospetiva os desenvolvimentos, em Portugal, num futuro próximo, em relação à “ideologia de gênero”?**

8. **Estou a buscar pessoas para entrevistar, sugere uma ou duas pessoas com quem possa conversar sobre este tema?**

Mais uma vez agradeço à disponibilidade para participar desta pesquisa e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos. Se pretender poderá pedir esclarecimentos adicionais à Professora Dália Costa, orientadora da dissertação do mestrado, através do endereço eletrónico daliacosta@iscsp.ulisboa.pt

ANEXO II – CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevistas/os	Perfil/ Conhecimento	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21
PS, h	1) ativista							
CM, m	1) ativista							
TH, m	1) ativista							
CS, m	1) ativista							
PC, m	1) ativista							
AI, m	1) ativista							
FR, h	1) ativista							
SR, m	1) ativista							
FM, m	1) ativista							
VM, m	1) ativista							
RM, m	1) ativista							
FT, h	1) ativista							
MM, m	1) ativista							
AM, m	1) ativista							
TA, m	2) científico							
GJ, h	2) científico							
MA, h	2) científico							
TT, h	3) leigo							
AA, h	3) leigo							
LS, m	3) leigo							
SC, m	3) leigo							
AL, m	4) cient/ativ							
LB, m	4) cient/ativ							
AS, m	4) cient/ativ							
FE, m	4) cient/ativ							
TM, m	4) cient/ativ							
NS, m	4) cient/ativ							
BD, m	5) ativ/leigo							
SA, m	6) ativ/cient /leigo							